

[PRODUTO 3]

CENÁRIOS E TRAJETÓRIA MAIS PROVÁVEL



ANÁLISE DO AMBIENTE
EXTERNO E CENÁRIOS

SUMÁRIO

Apresentação | 4

1. Análise do Contexto Mundial e Nacional | 6

1.1. Quadro Atual e Tendências Socioeconômicas Mundiais | 6

1.2. Trajetória Mais Provável da Economia Mundial | 12

1.3. Quadro Atual e Tendências Socioeconômicas Nacionais | 14

1.4. Trajetória Mais Provável da Economia Nacional | 17

2. Análise do Contexto Estadual | 22

2.1. Evolução Recente da Economia e de Alguns Indicadores Sociais | 22

2.2. Análise das Cadeias e Arranjos Produtivos Relevantes | 34

2.3. Tendências Socioeconômicas do Rio Grande do Norte | 55

2.4. Trajetória Mais Provável da Economia Potiguar | 57

3. Fatos Portadores de Futuro: Previsão de Investimentos | 61

3.1. Investimentos no Espaço Estadual | 62

3.2. Investimentos no Espaço Metropolitano | 67

4. Identificação de Oportunidades e Ameaças do Ambiente Externo | 72

Bibliografia | 75

Equipe | 76

APRESENTAÇÃO

Há algumas décadas, o estado do Rio Grande do Norte assiste a um processo de metropolização comandado por Natal que tende a se consolidar e que está a requerer iniciativas de planejamento de longo prazo e numa escala supra municipal. Daí a iniciativa de elaboração de **um Plano de Desenvolvimento Sustentável para a Região Metropolitana de Natal**, com um horizonte de 2020, contratado pela secretaria de Planejamento e Finanças do Governo Estadual à FADE/UFPE e à FUNPEC/UFRN .

Os trabalhos foram iniciados em julho do corrente ano, sendo já desenvolvidos dois produtos. O primeiro produto apresentado, intitulado **Plano de Trabalho Detalhado**, contém a metodologia norteadora do processo de elaboração do plano a ser proposto e as grandes etapas do trabalho a ser realizado. O segundo produto intitulado **Diagnóstico para o Planejamento Estratégico: Natal - Uma Metrópole em Formação**, apresenta um diagnóstico da evolução da metrópole, as características principais da realidade atual e a identificação de algumas tendências relevantes associadas ao movimento de metropolização em curso; sendo consideradas as dimensões sócio-econômica, físico-territorial e a político-institucional.

Estes documentos já foram submetidos à apreciação de um Comitê de Acompanhamento criado pelo Conselho de Desenvolvimento Metropolitano com a finalidade específica de supervisionar a elaboração do Plano.

O terceiro produto, aqui apresentado, resulta dos trabalhos realizar a terceira etapa do processo, com a apresentação de um exame geral do ambiente externo a Metrópole de Natal, envolvendo (i) a compreensão da dinâmica recente, (ii) o quadro atual e tendências relevantes dos contextos mundial e nacional, com respectivas

definições sucintas de suas trajetórias econômicas mais prováveis; (ii) exame da dinâmica recente da socioeconomia do Estado do Rio Grande do Norte, com identificação das cadeias e arranjos produtivos e tendências socioeconômicas mais relevantes e com relações diretas e/ou indiretas com a dinâmica metropolitana; (iii) a apresentação de uma trajetória mais provável de desdobramento futuro da economia para a metrópole de Natal; e, (iv) o levantamento dos investimentos estruturadores econômicos e sociais, considerados de peso mais relevante tanto da perspectiva daqueles indicados para o estado como um todo (que podem ter rebatimentos diretos e indiretos sobre a Metrópole de Natal) quanto daqueles previstos para serem alocados preferencialmente para o território metropolitano; e (v) a identificação de um conjunto de ameaças e oportunidades para a Metrópole.

O esforço realizado procurou, sobretudo indicar os pontos mais relevantes para a compreensão dos movimentos básicos do ambiente externo e seus possíveis rebatimentos e inter-relações com o espaço metropolitano. Portanto, não se trata de um exame exaustivo do ambiente externo, missão que exigiria um trabalho de pesquisa de muito maior tempo de maturação. Todavia seu conteúdo traduz um mosaico importante para o entendimento melhor do significado do ambiente externo para a dinâmica da Metrópole de Natal e, em especial, para o suporte, em complementação com o diagnóstico interno já realizado, à realização do plano de desenvolvimento metropolitano, a ser detalhado nos próximos produtos desse projeto.

1 ANÁLISE DO CONTEXTO MUNDIAL E NACIONAL

Descreve-se a seguir de forma sucinta o quadro atual da economia mundial; as principais tendências (condicionantes) mundiais em curso de natureza econômica, social, política, tecnológica, espacial e ambiental.

1.1. Quadro Atual e Tendências Socioeconômicas Mundiais

Quadro Atual

O mundo experimenta um processo contraditório de crescimento econômico e globalização acelerada e intensa inovação tecnológica com desequilíbrios financeiros e cambiais e grandes conflitos políticos. Este conjunto de fatores parece antecipar mudanças na economia e nas relações comerciais e políticas no contexto mundial, com impactos sobre o Brasil e o Nordeste (incluindo-se a Metrópole de Natal). A direção e a intensidade dessas mudanças definem podem influir na evolução futura do planeta.

As análises recentes têm mostrado a continuidade da expansão da economia e do comércio mundial, em grande parte, induzido pelo crescimento das economias norte-americana e chinesa. Deve-se levar em conta, ainda, nesta evolução os anos de 2006 e 2007, onde se prevê o crescimento atenuado dos países da comunidade econômica européia e uma expansão um pouco mais intensa da economia japonesa. O incremento previsto para a China e os Estados Unidos e seu rebatimento sobre o comércio mundial têm a maior importância para a evolução futura da economia brasileira. O ambiente econômico mundial em curso e com probabilidade de continuar nos próximos anos – tanto em termos do crescimento do PIB quanto do comércio – é favorável para a possível retomada da economia brasileira.

Entretanto, a expansão econômica mundial prevista esconde grandes dificuldades e estrangulamentos, alguns dos quais estão mantendo, artificialmente, o desempenho econômico da principal locomotiva mundial. Os Estados Unidos se consolidam como o principal mercado do planeta, em grande parte financiada pela combinação explosiva de elevados déficits fiscais e comerciais. O déficit da balança comercial dos Estados Unidos está estimado em mais de US\$ 700 bilhões de dólares por ano, e o déficit das finanças públicas, em torno de US\$ 800 bilhões de dólares (dados aproximados para 2004), ampliado com o esforço de guerra no Iraque. Esses déficits da grande potência mundial é um importante indutor do crescimento econômico, mas, ao mesmo tempo, representa um fator de instabilidade econômico-comercial, já se refletindo na desvalorização da moeda americana no mercado internacional.

A **Tabela 1** e **Gráfico 1** a seguir apresentados resumem os traços mais marcantes do crescimento da economia e do comércio mundial ocorrido em 2004 e 2005, além das previsões para 2006 e 2007.

Regiões e Países	2004	2005	2006 (*)	2007 (*)
Economia Mundial	5,3	4,8	4,9	4,7
Países Desenvolvidos	3,3	2,7	3,0	2,8
Estados Unidos	4,2	3,5	3,4	3,3
Zona do Euro	2,1	1,3	2,0	1,9
Japão	2,3	2,7	2,8	2,1
Países em Desenvolvimento	7,6	7,2	6,9	6,6
Asiáticos	8,8	8,6	8,2	8,0
China	10,1	9,9	9,5	9,0
Índia	8,1	8,3	7,3	7,0
América Latina	4,6	4,2	4,0	3,5
México	4,4	3,0	3,5	3,4
Brasil	4,9	2,3	3,8	3,8
Argentina	9,0	8,3	6,1	4,3

Tabela 1
Crescimento Ocorrido e Previsto 2004 - 2007

Fontes: FMI (Outlook, March 2006), CEPAL, CITIGROUP e BNDES (Sinopse Internacional de fevereiro de 2006). Brasil previsão IPEA.

(*) Previsão.

7

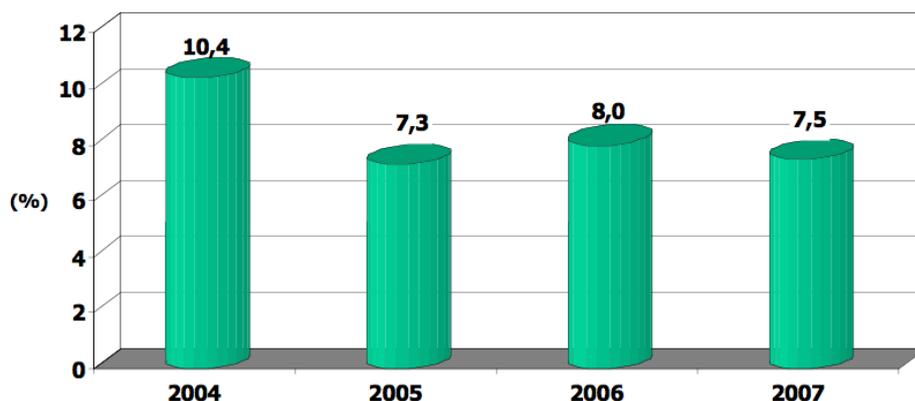


Gráfico 1
Comérciо Mundial
- Taxa de
Crescimento Anual
2004-2007 (*)

Fonte: Banco Mundial
 (Global Economics
 Prospects, World Bank,
 2006)

(*) os valores de 2006 e
 2007 são previsões.

No que se refere à América Latina, deverá ocorrer nos próximos anos uma expansão moderada, mas sustentável, em torno de 4%, com uma possível desaceleração em 2007. Importantes economias da região registraram taxas significativas em 2005, com destaque para a Venezuela (8,4%), Argentina (8,3%), Chile (6%) e Peru (5,7%). Estes países cresceram acima da média regional e bem mais que o Brasil (2,3%) e México (3%) (**Gráfico 2**).

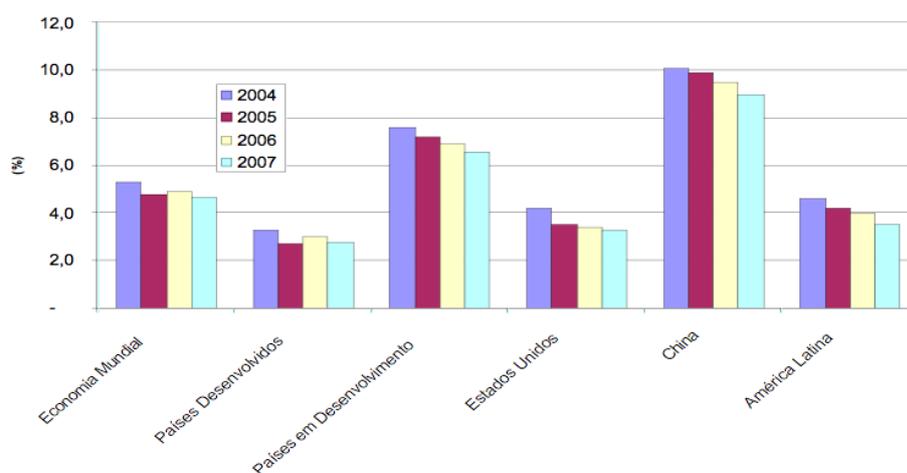


Gráfico 2
Economia Mundial
Taxas de
Crescimento Anual
2004 - 2007

Fontes: FMI, CEPAL,
 CITIGROUP e BNDES

Outro fator de estrangulamento político-econômico refere-se aos desdobramentos da guerra do Iraque, com a tendência a desestabilização no jogo de poder mundial e ampliação do foco de instabilidade política no Oriente Médio, pelo fanatismo político-religioso e pela grande concentração das reservas e produção de petróleo no mundo.

Nesse ambiente econômico, têm sido excessivamente tímidos os avanços nas negociações da OMC-Organização Mundial do Comércio para a regulação do processo acelerado de integração dos mercados. Alguns resultados positivos, como a sinalização, no ano passado, para entendimentos em torno da redução das barreiras e subsídios aos produtos agrícolas, são neutralizados por recaídas protecionistas de alguns países e tensões nos acordos e negociações, permanecendo alguns impasses complicados no processo de regulação do comércio mundial.

Tendências Socioeconômicas Mundiais

Neste item são identificados alguns dos principais processos em curso na socioeconomia mundial que já estão ou poderão ter efeitos importantes nos desdobramentos futuros das realidades brasileira, potiguar e do espaço metropolitano de Natal. Tais comportamentos, que se manifestam nas dimensões econômica, política, sociocultural, ambiental e espacial, na maioria dos casos, tendem a se consolidarem e se manterem, relativamente dominantes nos próximos anos. Assim, destacam-se as seguintes tendências:

- **Instabilidade na estrutura de poder e negociações multilaterais.** A forte liderança política, econômica e militar dos Estados Unidos sofreu abalos com a decisão quase unilateral de invasão do Iraque, que resultou na possibilidade de intensificação do terrorismo e de novos conflitos no Oriente Médio. Estas condições têm provocado a intensificação de negociações diplomáticas em torno de um sistema multipolar, com o envolvimento das grandes potências e a presença ativa e crescente de nações emergentes, particularmente China, Rússia, Índia e Brasil. Embora predomine a instabilidade e, principalmente, a hegemonia norte-americana, existem sinais e movimentos que apontam para o fortalecimento das instituições multilaterais, particularmente da ONU. Embora

de forma lenta, as mudanças podem gerar um novo perfil das relações de poder mundial.

- **Expansão econômica mundial combinado com desequilíbrios estruturais.** A economia internacional tem crescido, nas últimas duas décadas, a uma taxa média de 3% ao ano, estimulada pelo dinamismo combinado dos EUA e da China, esta última com expansão acima de 9% ao ano. Entretanto, o crescimento da economia norte-americana convive e se financia através do alto *déficit* fiscal e elevado *déficit* da balança comercial - o que gera grande instabilidade na economia mundial, principalmente pela perda de legitimidade do dólar como moeda de referência internacional. Além disso, o dinamismo econômico dos EUA decorre de uma alta propensão ao consumo e um forte endividamento das famílias, particularmente em créditos imobiliários (estimados em 7,0% do PIB). Os países superavitários e com alta poupança, como a China, financiam os *déficits* gêmeos e o consumo da população dos Estados Unidos, e estimulam o grande mercado consumidor que alimenta o comércio internacional. Estes desequilíbrios geram uma elevada liquidez internacional, mas, ao mesmo tempo, criam ambiente de instabilidade e perda de confiança no padrão monetário.
- **Ampliação do comércio mundial e melhores condições de negociações no âmbito da OMC.** O crescimento do volume de transações comerciais no mundo aliado a maior capacidade criada de articulação e integração da economia, é uma importante oportunidade para países como Brasil, China e Índia que têm base industrial e mercado interno relevantes. Por outro lado, vem melhorando as condições de negociação junto a OMC. Desde a última Rodada de Doha ocorreram avanços importantes nos entendimentos para a redução de barreiras e subsídios, particularmente no que se refere aos produtos agropecuários. No curto prazo os resultados devem ser modestos, mas pode haver avanços importantes no médio e longo prazo, em segmentos de grande interesse para a economia e as exportações brasileiras.
- **Tendência a instabilidade nos preços do petróleo e de ascensão de outras fontes energéticas.** Nos últimos anos, os preços do petróleo cresceram rapidamente e estão flutuando em nível relativamente alto, refletindo a combinação de diversos

fatores, como a redução da produção global (devido ao conflito no Iraque e a crise nas empresas de petróleo da Rússia); a influência de movimentos especulativos; e os reflexos do abrupto aumento da demanda de alguns países emergentes, especialmente a China, que vêm experimentando forte ritmo de crescimento econômico. Por outro lado, podem ser identificadas importantes inovações tecnológicas que estão levando a possibilidade de crescimento da utilização de outras fontes energéticas, a exemplo da biomassa e do hidrogênio.

- **Crescimento mundial do movimento turístico.** O movimento turístico mundial tem uma tendência de crescimento com destaque para o turismo cultural e ecológico e contemplando também a expansão do turismo da chamada terceira idade, estimulado pelo envelhecimento da população mundial com renda elevada; esta tendência gera uma grande oportunidade para países e Estados com patrimônio cultural e natural significativo (como o Brasil e, particularmente os Estados do Nordeste);
- **Avanços tecnológicos.** Emergência de um conjunto de novas tecnologias integradas e de grande propagação no processo produtivo (informática e micro-eletrônica, biotecnologia, novos materiais, química fina etc) e mudanças fundamentais na organização da produção (novos processos gerenciais, reengenharia, qualidade total etc).
- **Reorganização do mercado de trabalho.** Com os avanços tecnológicos e o aumento da produtividade provocando redução de postos de trabalho e criando novas ocupações, bem como crescendo a exigência de qualificação profissional. Também verificam-se alterações significativas nas relações de trabalho com a necessidade de flexibilização e capacidade de adaptabilidade contínua..
- **Revalorização do papel das cidades e do poder dos governos locais.** Tendência mundial, particularmente forte no Brasil com a perspectiva de maior autonomia dos municípios
- **Maior preocupação e pressão pela preservação do Meio Ambiente.** Sensibilização e apoio mundial às questões ambientais e crescente influência internacional nos padrões de gestão ambiental, visando a utilização mais racional dos recursos naturais.

-
- **Tensão entre padrões e valores globais e identidades culturais locais.** Tendência mundial de expansão de padrões culturais e valores globais pode levar a diminuição e mesmo na possibilidade de ruptura de tradições e identidades de espaços locais.

1.2. Trajetória Mais Provável da Economia Mundial

De forma sintética, a trajetória mais provável parece ser um processo lento e irregular de mudanças nas condições econômicas e políticas, inicialmente dominado pela instabilidade e estrangulamentos, abrindo, no médio e longo prazo, um ciclo de crescimento e estabilidade com integração econômica e comercial apoiada na redução das barreiras alfandegárias e subsídios à agricultura. Esta trajetória pode ser dividida em três intervalos diferenciados (cenas) nas quais amadurecem os processos de mudança.

Cena 1 (2006-2010)

A persistência de grandes déficits (fiscal e comercial) dos Estados Unidos e a continuidade das tensões políticas em várias partes do mundo, especialmente no Oriente Médio, mantém um ambiente de crescimento econômico, mas com grande instabilidade financeira e volatilidade com alta de preços do petróleo, provocada pela continuidade dos conflitos no Oriente Médio e riscos de instabilidade no Irã. As negociações político-diplomáticas são difíceis, mas apresentam alguns entendimentos parciais entre as grandes potências, preparando uma acomodação suave das desconfianças com a moeda norte-americana. Estas negociações se manifestam também, em menor medida, em pequenos passos na OMC em torno das barreiras alfandegárias. De qualquer forma, os entendimentos ocorrem num clima de desconfiança e hegemonia unipolar dos Estados Unidos, e a economia cresce reforçando os elementos de instabilidade, como os déficits gêmeos norte-americanos que estimulam o mercado mundial. O processo de negociação para formação da ALCA mostra tímidos avanços, contando inclusive com a resistência do Brasil e sem resultados efetivos até 2010, ao mesmo tempo em que o MERCOSUL estaciona devido às dificuldades da economia da Argentina.

Cena 2 (2011-2015)

As negociações políticas entre as grandes potências se intensificam, como resultado das pressões internacionais, que redesenham o jogo de poder, e da mudança de postura do novo governo dos Estados Unidos; de qualquer forma, os resultados amadurecem de forma lenta a partir de 2008. Esta alteração no terreno político leva a acordos comerciais que reacomodam os fluxos de bens e serviços entre Estados Unidos e países emergentes, especialmente a China, com valorização das moedas dos países superavitários (China e Japão). Ao mesmo tempo, o governo norte-americano toma iniciativas para reduzir os déficits fiscais, entre outras coisas, reduzindo a postura militar agressiva no mundo, na medida em que se estrutura um sistema político multipolar. O resultado do ajuste comercial e da política fiscal dos Estados Unidos leva a um ajuste suave na “exuberância irracional” com uma moderação do crescimento econômico nos primeiros anos. Desta forma, no período 2011-2015 a economia mundial deve crescer de forma moderada, com taxas médias de 3,5% ao ano, com a liderança dos Estados Unidos, mas também a manutenção, em patamares mais baixos do dinamismo da China e início da recuperação das economias europeia e russa.

No plano político, começa a se desenhar um incipiente multilateralismo em torno do G8 (incluindo Rússia) e das Nações Unidas, complementado com avanços importantes nas negociações da OMC que levam a moderada redução das barreiras alfandegárias e dos subsídios agrícolas. As negociações políticas tendem também a provocar uma redução das tensões nos países produtores de petróleo, que permite um movimento lento de aumento da oferta, e o surgimento de alternativas energéticas (combustíveis), provocam uma leve redução dos preços do petróleo, mesmo porque a economia mundial também cresce em ritmo moderado; de qualquer forma, até 2015, os preços de petróleo se acomodam num patamar alto. A ALCA começa a dar os primeiros passos ao mesmo tempo em que o MERCOSUL renova acordos comerciais que estavam suspensos pelas dificuldades econômicas da Argentina.

Cena 3 (2015-2020)

O processo de negociação da distensão política e a reorganização da economia e dos fluxos comerciais mundiais, iniciados na cena anterior, se consolidam e abrem um ciclo novo de estabilidade e

crescimento econômico internacionais. A economia cresce a taxas altas e de forma mais equilibrada, com a recuperação da Europa e do Japão, e principalmente, com a redução das desigualdades entre os países ricos e pobres; assim, no primeiro quinquênio da segunda década, a economia mundial deve crescer a uma taxa média de 4% ao ano. A consolidação do multilateralismo, com fortalecimento das Nações Unidas, combinada com a redução das barreiras alfandegárias e subsídios agrícolas melhora o desempenho dos países subdesenvolvidos e sua participação no comércio mundial. Ao mesmo tempo, se aceleram os fluxos de investimento externo direto, parte do qual se destina para países emergentes de maior potencial de expansão, considerando a redução da necessidade de financiamento dos déficits norte-americanos.

Este processo se complementa com a integração econômica regional, incluindo consolidação da ALCA (área de livre comércio) e do MERCOSUL como União Aduaneira. Por outro lado, os preços do petróleo tendem a se estabilizar em patamares moderados, apesar do crescimento da demanda de energéticos, pelo resultado combinado da expansão da oferta (incluindo a produção do Iraque e dos países do Cáucaso), do aumento da eficiência energética e, em menor medida, da produção de substitutos, incluindo o biodiesel e incipiente hidrogênio como combustível.

14

1.3. Quadro Atual e Tendências Socioeconômicas Nacionais

Descreve-se a seguir de forma sucinta o quadro atual da economia brasileira; as principais tendências (condicionantes) nacionais em curso de natureza econômica, social, política, tecnológica, espacial e ambiental.

Quadro Atual

Os sinais de recuperação, assinalados pelo crescimento de 4,9% da economia brasileira, em 2004, após as dificuldades ocorridas no início do atual governo (2003), não foram confirmados em 2005, quando o produto alcançou uma expansão de 2,3%. As dificuldades apresentadas pela agropecuária, que registrou uma expansão de apenas 0,8%, e o crescimento menor que o esperado da indústria (2,5%) frustraram as expectativas de continuidade do crescimento do ano anterior (**Tabela 2**).

Nível de Atividade	Acumulado no ano				
	2003	2004	2005	2006	2007
Produto Interno Bruto	0,6	4,9	2,3	2,8	3,6
Setores					
Agropecuária	4,5	5,3	0,8	3,0	4,4
Indústria	0,1	6,2	2,5	3,2	4,7
Serviços	0,6	8,3	2	2,3	2,7
Demanda Agregada					
Consumo	-0,8	3	2,7	3,6	4,4
Privado	...	4,1	3,1	4,2	5,2
Público	...	0,1	1,6	2,0	2,0
FBCF (Investimento)	-5,1	10,9	1,6	6,0	7,4
Exportação	9	18	11,6	4,6	3,6
Importação	-1,7	14,3	9,5	16,8	15,1

Tabela 2
BRASIL: Evolução do PIB Setorial, da Demanda Agregada, da FBKF e das Exportações e Importações - 2003-2006

Fonte: IPEA - Boletim de Conjuntura nº 75, Dezembro 2006
CITIGROUP e BNDES

Por trás desses fatos devem ser mencionados, no que se refere à agropecuária, fatores como as adversidades climáticas e a apreciação cambial; e, no que diz respeito à indústria são assinaladas a queda das vendas a crédito e a permanência da adversidade associada aos juros que não declinaram substancialmente, em relação à expectativa dos investidores. Vale ainda considerar que a base de comparação das informações de 2005 é relativamente alta, dado o dinamismo ocorrido no referido ano.

As informações apresentadas pela **Tabela 2** mostram aspectos adicionais importantes para compreensão do processo recentemente ocorrido.

Da perspectiva da demanda agregada, as informações disponíveis mostram um declínio significativo no crescimento dos investimentos (Formação Bruta de Capital Fixo) que após a expansão de 10,9% em 2004 passa a registrar, em 2005 um incremento de apenas 1,6%. Esta desaceleração tem estreita relação com o declínio dos investimentos constatados na construção civil, associados inclusive a uma relativa contenção do gasto público ocorrido no ano, e está relacionada, também, ao declínio da demanda de máquinas e equipamentos pela atividade agropecuária que teve reduzido aumento no seu nível de atividade.

Vale o destaque também para o fato, assinalado na **Tabela 2**, de redução nas taxas anuais de crescimento das exportações que passou de 18% em 2004 para 11,6% em 2005. Alguns analistas explicam este comportamento com base na desaceleração da exportação de manufaturados e outros na valorização da moeda nacional, relativamente ao dólar. Vale destacar que não obstante a desaceleração ocorrida, a taxa ainda é significativa e o saldo comercial tem-se mantido em um nível bastante elevado.

Tendências Socioeconômicas Nacionais

A análise dos processos em maturação no Brasil permite identificar um conjunto de fatores - políticos, econômicos, sociais, ambientais e tecnológicos - que condicionam o futuro da socioeconomia brasileira e de forma direta e indireta o futuro da metrópole de Natal. Entre as tendências (condicionantes) nacionais relevantes merecem destaque:

- **Perspectiva de ampliação das pressões por uma maior flexibilização das políticas monetárias e fiscais**
- **Persistência de estrangulamentos na infra-estrutura econômica (rodoviária, portuária, produção e distribuição de energia, armazenagem etc)**, percebidos com mais intensidade nas áreas que, em razão do acesso a faixas mais dinâmicas da demanda externa, registraram um crescimento significativo do agro-negócio. A persistência do estrangulamento nos sistemas rodoviário e portuário, na produção e distribuição de energia, pode comprometer a concretização dos projetos em negociação em todo País e nos estados nordestinos.
- **Condições mais favoráveis no comércio mundial**, que podem resultar numa intensidade ainda maior da inserção da economia brasileira na economia mundial. A provável redução de barreiras aos produtos brasileiros e a ampliação de negociações não só no âmbito da Organização Mundial do Comércio como nas relações bilaterais podem garantir a continuidade do sucesso dessa política, da qual vêm resultando estímulos significativos para importantes segmentos produtivos.
- **Melhoria nos marcos regulatórios**, embora os resultados não tenham sido ainda significativos, merecem destaque, neste particular: o estabelecimento de regras para a Parceria Pública-Privada (PPP); as mudanças no sistema tributário; o estabelecimento de regras e a criação de agências para os segmentos produtivos recém privatizados, notadamente o de energia elétrica e telecomunicações; a fixação de normas e sua institucionalização no que se refere ao funcionamento e às práticas adotadas pelos setores oligopolizados.

-
- **Aumento da pressão social nas grandes cidades**, com o desafio da necessidade de se garantir as condições mínimas de cidadania.
 - **Processos de descentralização tornam as políticas públicas cada vez mais municipalizadas.** Um dos desafios de se avançar em processos de metropolização, a exemplo de Natal, está na necessidade de se romper com a lógica municipalista, que acaba muitas vezes fazendo prevalecer uma abordagem localista, em detrimento dos interesses intermunicipais.
 - **Crescimento dos arranjos intermunicipais** (associação, consórcio etc).

1.4. Trajetória Mais Provável da Economia Nacional

Entre os possíveis cenários alternativos vislumbrados para economia brasileira até 2020 pode-se delinear a seguinte Trajetória Mais Provável, ou seja, aquela com a maior plausibilidade de acontecimento. Nesta trajetória a perspectiva é de que só comece a apresentar os sinais de mudança e de melhoria nítida das condições de governabilidade e flexibilidade na austeridade macro-econômica depois de passados os primeiros três anos de recomposição da base política e de recuperação da capacidade de poupança pública e da confiança nos investimentos privados. E os resultados das políticas, por outro lado, também só passam a gerar resultados relevantes, depois de alguns anos de iniciadas, o que levaria a um moderado crescimento ao longo dos anos. De qualquer forma, a trajetória mais provável deve passar pelas seguintes cenas (intervalos de tempo).

Cena 1 - 2006/2010

Nos primeiros três anos, o Brasil deve conviver com muita ebulição política e instabilidade, reforçando a crise de governabilidade com uma eleição presidencial (2006), o que dificulta a implementação de reformas e políticas relevantes. Em todo caso, um acordo político transitório e a decisão do governo asseguram a manutenção da austeridade macro-econômica, com redução do ajuste durante o ano eleitoral. Acompanhando o movimento relativamente instável de acomodação da economia internacional, o Brasil apresenta taxas de crescimento relativamente baixas (4% ao ano), contidas pelo ajuste

fiscal (mesmo com o afrouxamento parcial em 2006), alto superávit primário e taxa de juros altas, mas declinantes, ao mesmo tempo em que mantém estável a relação dívida/PIB e permitindo uma flexibilização do aperto. No final da cena Desta forma, o PIB do Brasil se eleva para próximo a R\$ 2 bilhões, em 2010, final da primeira cena, chegando próximo de 2% do produto mundial.

Até 2010, ainda haverão restrições nas taxas de juros (Selic nominal) e superávit primário, num ambiente, porém com menos pressão no mercado. A relação dívida/PIB declina lentamente no período, chegando a cerca de 48,9% do PIB em 2010. Como as exportações continuam crescendo em ritmo levemente superior à expansão das importações, o saldo da Balança Comercial deverá aumentar.

A crise de governabilidade é contornada com as eleições presidenciais, criando uma nova base política de sustentação que permite retomar as reformas estruturais que melhoram a capacidade de poupança e o ambiente micro-econômico no Brasil. De qualquer forma, na primeira cena predomina o baixo crescimento econômico, a instabilidade política, o nível alto de desemprego e, portanto, retração do mercado interno, compensado pela expansão, mesmo moderada, do mercado internacional.

O Brasil mantém o nível de integração regional centrada nos acordos bilaterais, na medida em que persistem as dificuldades no MERCOSUL e a ALCA não apresenta avanços nas negociações. Da mesma forma, o mercado interno permanece contido pela concentração de renda e pela continuidade do desemprego. A estrutura produtiva não se altera, tanto pelos limitados investimentos quanto pelo pouco tempo de maturação da cena.

A oferta de energia não se amplia, mesmo porque o pouco tempo não permite a maturação de investimentos que tendem a ser reduzidos pela escassez de poupança pública e pelas condições desestimulantes do ambiente micro-econômico e do marco regulatório. Como, por outro lado, a demanda continua crescendo em ritmo moderado e persistente, mesmo que a renda não se eleve e o PIB cresça em patamares baixos, existe risco real de estrangulamento no setor elétrico brasileiro, inibindo o crescimento da economia.

Do ponto de vista regional, esta cena apresenta a conservação das desigualdades, agravadas pela retração dos investimentos públicos que impedem a complementação dos grandes projetos estruturadores previstos no momento, Transposição do São Francisco e Transnordestina.

Cena 2 - 2011/2015

A recuperação da governabilidade no final da primeira cena permite consolidar a política macro-econômica, introduzindo flexibilidades nos ajustes fiscais, e complementares com políticas setoriais e investimentos públicos, mesmo ainda moderados. A flexibilidade do ajuste e a redução da relação dívida/PIB permitem ampliação da poupança pública e se inicia o processo de negociação de reformas estruturais que estavam congeladas pela crise de governabilidade. Até 2015, a taxa de juros declina lentamente, alcançando a ordem de 8,5% (Selic nominal média), estimulando os investimentos e ajudando a reduzir o endividamento público; ao longo da cena, o superávit primário vai declinando de forma continuada, com um quadro internacional evoluindo para a estabilidade. Como resultado desses dois processos, ocorre um salto na taxa de investimento da economia (público e privado), principal responsável pela expansão da economia em níveis mais altos. Os outros indicadores econômicos tendem a melhorar na cena com redução significativa da relação dívida/PIB para, aproximadamente, 40%, acompanhado do aumento do saldo da balança comercial, na medida em que as exportações continuam se expandindo em velocidade superior às importações, que se ampliam bastante acompanhando o crescimento da economia nacional.

A evolução dos anos dessa cena se caracterizam pela combinação de austeridade macro-econômica com flexibilidade, com início de implantação das reformas trabalhista, tributária e judiciária, além do aprimoramento do marco regulatório dos segmentos oligopolizados. Este desempenho é facilitado pela melhora do quadro internacional, quando começam a ganhar corpo acordos parciais de redução do protecionismo, apesar da moderação do crescimento econômico mundial, resultado do ajuste nos déficits gêmeos; o PIB mundial cresce em média 3,5% ao ano, mas a economia norte-americana reduz os fatores de instabilidade cambial e fiscal.

Nestas condições, o Brasil cresce a taxas moderadas (4,5% ao ano em média) na medida em que os investimentos ainda amadurecem lentamente, acompanhados da flexibilização da política macro-econômica, ajudando o pequeno e continuado declínio da relação dívida/PIB e melhorando a capacidade de poupança pública. De qualquer forma, não se manifestam ainda os resultados positivos das reformas, contendo os investimentos privados em patamares médios e, portanto, moderando o crescimento da economia. Além disso, a retomada dos investimentos na infra-estrutura não consegue

gerar resultados significativos em prazo curto, persistindo ainda estrangulamentos.

A partir de 2011 ocorrem tímidos avanços nas negociações para a formação da ALCA, coincidindo com o fortalecimento das instituições multilaterais e da integração dos blocos, ao mesmo tempo em que se consolida parcialmente o MERCOSUL como uma área de livre comércio regional. Por outro lado, o crescimento da economia amplia o mercado interno pelo efeito combinado da elevação da renda e do emprego, apesar de não serem implementadas políticas fortes na área social. Na estrutura produtiva, começa a ser registrada leve alteração com agregação de valor na indústria e no agronegócio, e o crescimento dos serviços avançados.

Cena 3 - 2015/2020

O nível de governabilidade é mantido, consolidando a política macroeconômica, com maior flexibilidade fiscal e complementaridade das políticas setoriais e investimentos públicos. A flexibilidade do ajuste e a redução da relação dívida/PIB permitem ampliação da poupança pública e o avanço no processo de negociação de reformas estruturais iniciado na cena anterior. Até 2020, a taxa de juros mantém declínio lento, alcançando cerca de 7,5% (Selic nominal média), estimulando os investimentos e ajudando a reduzir o endividamento público; ao longo da cena, o superávit primário continua em declinando. Elevase a capacidade de investimentos públicos e privados alavancando de forma mais consistente a expansão econômica e apresentado melhora no custo Brasil. Os outros indicadores econômicos continuam com tendência à melhora da relação dívida/PIB, e ao aumento do saldo da balança comercial.

A evolução dos anos dessa cena se caracteriza ainda pela consolidação dos novos marcos regulatórios convergindo para as reformas trabalhista, tributária e judiciária, além do aprimoramento da legislação voltada aos segmentos oligopolizados. Este desempenho é facilitado pela melhora do quadro internacional, sobretudo com a melhora da regulação do comércio internacional; e da redução dos fatores de instabilidade cambial e fiscal da economia norte-americana. Este quadro facilita o ambiente microeconômico dos negócios, bem bases mais competitivas.

Nestas condições, o Brasil cresce tem desempenho melhor que o apresentado na cena anterior a taxas média de 5 a 5,5% a.a. com

alguns investimentos recentes consolidados, acompanhado da flexibilização da política macro-econômica, melhorando a capacidade de poupança pública..

Avançam as negociações para a formação da ALCA, coincidindo com o fortalecimento das instituições multilaterais e da integração dos blocos, ao mesmo tempo em que se consolida o MERCOSUL como uma área de livre comércio regional. Por outro lado, o crescimento da economia amplia o mercado interno pelo efeito combinado da elevação da renda e do emprego, e relativa melhora nas políticas públicas da área social. Na estrutura produtiva, registra-se uma maior agregação de valor na indústria e no agronegócio, e o crescimento dos serviços modernos.

2 ANÁLISE DO CONTEXTO ESTADUAL

2.1. Evolução Recente da Socioeconomia do Rio do Norte

A economia do Rio Grande do Norte participava no ano de 2005, com 6,12% do Produto Interno Bruto (PIB) do Nordeste e 0,88% do País. No que diz respeito à evolução do nível de atividade econômica desse Estado, observa-se nas informações contidas na tabela a seguir, que as suas taxas médias anuais de crescimento, segundo quase todos os períodos estabelecidos, foram superiores às obtidas tanto pela Região, como pelo Brasil como um todo: 1985-1990 (4,41%); 1991-2000 (3,53%); 2001-2005 (3,47%) e 1985-2005 (3,62%). A exceção ocorreu apenas na fase 2001-2005 quando o Nordeste registrou a taxa média de incremento do PIB de 3,91% (Tabela 3).

Grandes Setores e Atividades Econômicas	Períodos			
	2001-2005 (1)		1985-2005(1)	
	Taxa Média Anual (%)	Taxa Acum. (%)	Taxa Média Anual (%)	Taxa Acum. (%)
PIB TOTAL	3,47	14,62	3,62	103,53
AGROPECUÁRIA	18,70	98,55	5,78	207,81
INDÚSTRIA	3,57	15,05	4,55	143,34
Indústria Extrativa Mineral	-2,23	-8,64	1,92	46,27
Indústria de Transformação	8,04	36,26	7,10	294,47
Eletricidade, Gás e Água	6,60	29,12	7,20	301,65
Construção	5,33	23,09	3,75	108,73
SERVIÇOS	2,47	10,26	2,99	80,27
Comércio	9,48	43,67	3,74	108,33
Atividades Imobiliárias, Aluguéis e Serviços Prestados às Empresas	1,37	5,59	4,29	131,75
Administração Pública	1,42	5,78	1,51	34,98

Tabela 3
Taxa Média Anual e Acumulada de Crescimento do Produto Interno Bruto Real, a Preço Básico, Total, Segundo os Grandes Setores Econômicos e Atividades dos segmentos Industrial e dos Serviços

Fonte: IBGE - Coordenação de Contas Nacionais; Elaboração CEPLAN.

(1) Dados preliminares para os anos de 2004 e 2005.

A **Tabela 4**, mostra que o grande peso no total do produto é dado pelo setor serviços, que, neste particular, disputa com o setor industrial. De fato, enquanto o setor agropecuário registra um percentual de 5,7%, o setor industrial alcança a participação de 44,4% e o setor serviços de 49,9%, um pouco maior que o peso relativo da indústria norte-riograndense. Alguns aspectos devem ser destacados nesta estrutura produtiva do Rio Grande do Norte.

Três aspectos merecem a atenção: i) o grande peso que na economia estadual da administração pública, com a inclusão neste subsetor das atividades de defesa e seguridade social. (mais da metade do valor agregado do setor serviços e cerca de ¼ do valor agregado total); ii) a importância relativa da indústria extrativa mineral que alcança um valor agregado maior que o da indústria de transformação; e iii) o peso de 18% no total da economia estadual das atividades ligadas à construção civil propriamente dita (preparação de terrenos, construção de edifícios e obras de engenharia e de infra-estrutura) e as atividades imobiliárias (incorporação e compra e venda de imóveis, aluguel de imóveis, aluguel de máquinas e veículos). O primeiro e a segundo aspectos têm uma forte relação com a dinâmica da Metrópole de Natal, em particular com o município de Natal.

Setores e subsetores	R\$ milhões	%
Total	14.712,8	100,0
Agropecuária	825,5	5,6
Indústria	6.516,1	44,3
Indústria extrativa mineral	2.622,5	17,8
Indústria de transformação	1.668,4	11,3
Eletricidade, gás e água	653,7	4,4
Construção	1.571,5	10,7
Serviços	7.371,2	50,1
Comércio	630,8	4,3
Alojamento e alimentação	136,6	0,9
Transportes e armazenagem	334,0	2,3
Comunicações	380,5	2,6
Intermediação financeira	485,7	3,3
Atividades imobiliárias	1.022,0	6,9
Administração pública	3.951,1	26,9
Saúde e educação mercantis	327,5	2,2
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	51,2	0,3
Serviços domésticos	51,7	0,4

Tabela 4
**Rio Grande do Norte:
 Distribuição do Valor
 Agregado Bruto
 Segundo Setores e
 Subsetores: 2004**

Fonte: IBGE - Contas Regionais

Da perspectiva de sua evolução nos anos que vão de 1985 a 2004, a economia norte-riograndense foi a economia estadual que mais cresceu no Nordeste e, entre os 27 estados brasileiros, seu crescimento foi superado apenas por 9 estados, situados em sua maior parte nas regiões Norte e Centro-Oeste que mostraram grande dinamismo, neste período de análise. Em taxa acumulativa anual, sua expansão foi de 3,5%, superior ao crescimento de 2,5% constatado para o Nordeste e para o Brasil. O **Gráfico 3** compara a evolução da economia estadual com a nordestina e a nacional, da perspectiva do crescimento do produto.

Este dinamismo da economia do Rio Grande do Norte é um fato relevante, sobretudo quando se considera que ele ocorreu em um contexto nacional e regional de grandes dificuldades econômicas e de reduzida expansão e que, como se verá mais adiante, se verificou, também, a partir de dinamismo em todos os grandes setores da economia estadual.

Considerando apenas o período entre 1999 e 2004, constata-se que a Metrôpole de Natal teve seu PIB crescendo a uma média de 3,8%a. a taxa inferior a performance do estado do Rio Grande do Norte como um todo que cresceu a um ritmo de 5% a.a. Esta diferença se deve como será analisado adiante a um crescimento bem maior da zona homogênea mossoroense.

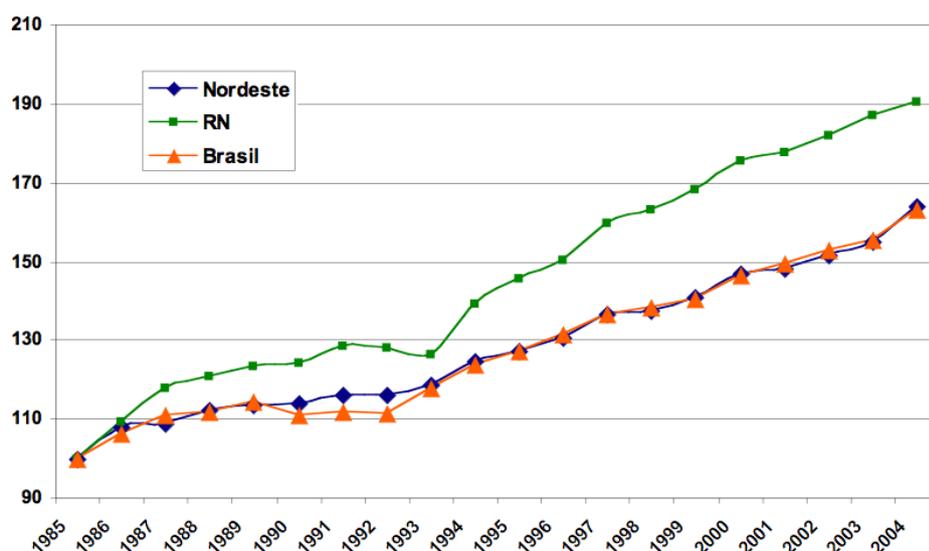
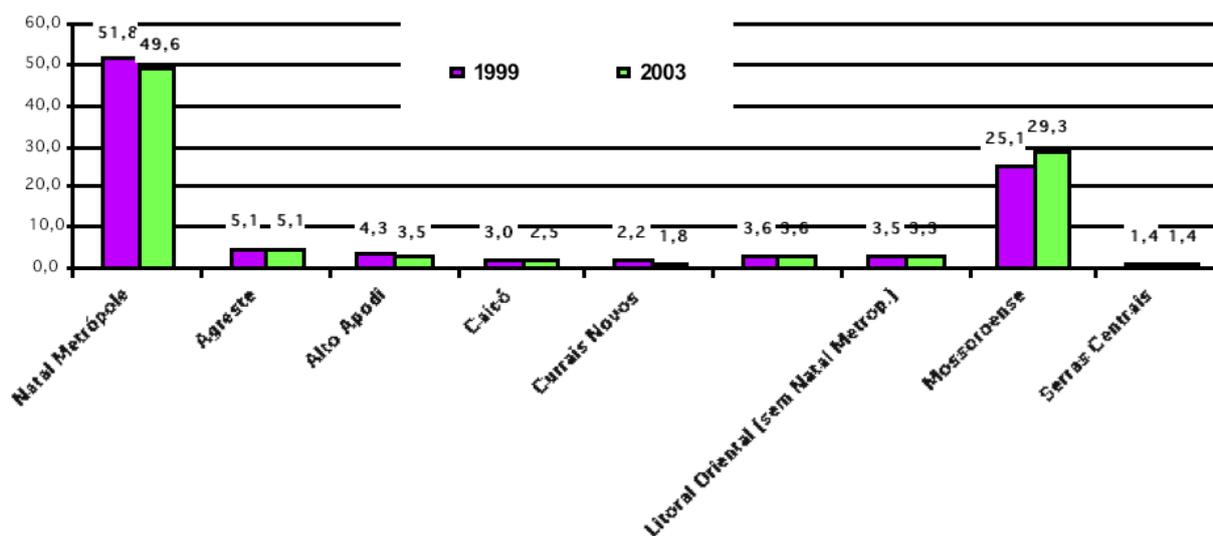


Gráfico 3
Índice de
crescimento do PIB
1985-2003
1985=100,0

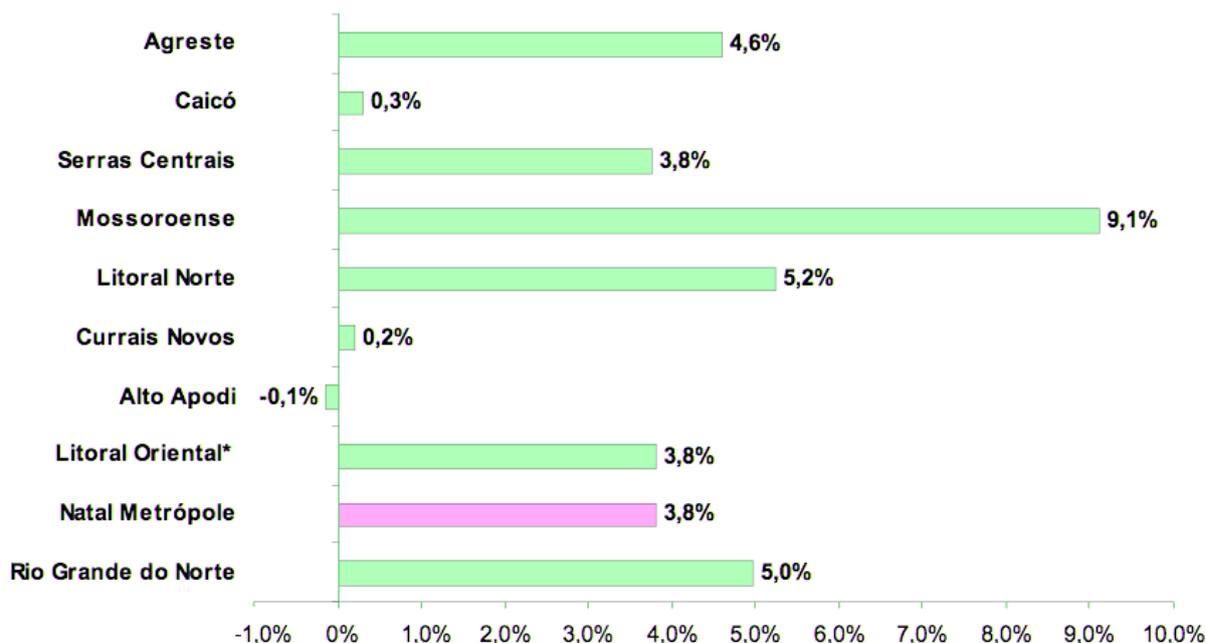
No tocante a distribuição espacial da economia potiguar, sobretudo levando-se em conta a participação da Metr pole de Natal no total do estado, o que pode se constatar inicialmente, observando os dados do **Gráfico 4**   que o Rio Grande do Norte vem passando nos últimos anos (1999 a 2003) por relativo processo de interioriza o do desenvolvimento, em especial considerando o ganho de participa o das zonas homogêneas mossoroense e em menor medida do litoral norte, em detrimento da metrópole natalense. Mas, ainda assim a metrópole tem um peso muito alto de participa o, quase 50% do PIB estadual.

Gráfico 4
**Rio Grande do Norte:
 Participa o % do
 PIB segundo as
 Zonas Homogêneas
 1999/2003**
 Fonte: IBGE – PIB
 Municipal



25

O **Gráfico 5** confirma a performance significativa de crescimento da zona homogênea mossoroense, que cresceu a uma taxa superior a 9% a.a., puxado especialmente pela presença do Petróleo e complementarmente as atividades de produ o de gás natural, explora o de sal e da produ o de fruticultura irrigada.



Gráfico 5
Rio Grande do Norte: Taxa anual de crescimento do PIB segundo as Zonas Homogêneas (%) 1999/2003

Fonte: IBGE – PIB Municipal

(*) Sem os municípios de Natal Metr pole

26

A **Tabela 5** abaixo demonstra o peso da indústria (e nesta a participa o expressiva da extrativa mineral) da zona homogenia mossoroense na economia estadual, que participava com 35,2% em 1999, passando para 41,1% em 2003. Assim como, nessa mesma zona a elevada participa o relativa da agropecuária no PIB estadual (com forte influênca do Pólo do Açu e da Carcinicultura)

Zonas Homogêneas	1999			2003		
	Agropecuária	Indústria	Serviços	Agropecuária	Indústria	Serviços
Rio Grande do Norte	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Natal Metr�pole	19,1	47,7	52,4	16,5	44,9	51,3
Agreste	6,1	4,4	6,2	5,7	3,9	6,8
Alto Apodi	4,4	2,6	6,0	2,8	1,9	5,7
Caicó	1,9	2,4	3,6	1,3	1,7	3,5
Currais Novos	2,6	1,5	2,8	1,8	1,2	2,7
Litoral Norte	12,0	2,5	4,3	10,8	2,3	4,5
Litoral Oriental (sem Natal Metrop.)	7,0	3,0	3,9	4,6	2,5	4,3
Mossoroense	44,1	35,2	18,9	54,4	41,1	19,1
Serras Centrais	2,9	0,8	1,9	2,1	0,7	2,1

Tabela 5
Rio Grande do Norte: Participa o das Zonas Homogêneas no Valor Adicionado segundo os grande setores econômicos 1999/2003

Fonte: IBGE - PIB Municipal

O peso da Metrópole de Natal da zona homogênea mossoroense do Rio Grande do Norte pode ser claramente aferida com observamos as suas participações no PIB e o PIB per capita da população que nelas habitam. Assim, como pode ser visto na **Tabela 6**, juntos esses dois espaços respondiam em 2003 por 78,9% do PIB (49,6% a Metrópole de Natal) e 59,9% da população (41,4% da RM Natal) do estado. Enquanto em termos de PIB *per capita* eram as únicas que apresentaram valores superiores a média do estado. No outro extremo ressaltam-se o Alto Apodi e as Serras Centrais com PIBs *per capita*s inferiores a metade da média estadual.

Zonas Homogêneas	2003			Distribuição %		
	PIB	População	PIB <i>per capita</i>	PIB	População	PIB <i>per capita</i>
Rio Grande do Norte	13.695.517	2.921.326	4.688	100,0	100,0	100,0
Natal Metrópole	6.786.633	1.208.979	5.614	49,6	41,4	119,7
Agreste	692.952	295.123	2.348	5,1	10,1	50,1
Alto Apodi	482.174	226.743	2.127	3,5	7,8	45,4
Caicó	337.913	124.520	2.714	2,5	4,3	57,9
Currais Novos	251.249	95.523	2.630	1,8	3,3	56,1
Litoral Norte	495.146	174.886	2.831	3,6	6,0	60,4
Litoral Oriental (sem Natal Metrop.)	454.536	161.764	2.810	3,3	5,5	59,9
Mossoroense	4.008.420	540.064	7.422	29,3	18,5	158,3
Serras Centrais	186.492	93.724	1.990	1,4	3,2	42,4

Tabela 6
Rio Grande do Norte:
PIB, População
e PIB per capita
segundo as Zonas
Homogêneas- 2003

Fonte: IBGE - PIB Municipal

Com relação a população do Rio Grande do Norte, considerando os dados dos Censos do IBGE, registrava-se em 1991 um contingente de 2,41 milhões de pessoas, que correspondia a 1,6% do total da população do País e a 5,7% do nordestino. Em 2000 os números oficiais indicam que o Estado passou a contar com aproximadamente 2,78 milhões de pessoas, crescendo cerca de 15,0% em relação a 1991, mantendo a mesma proporção na participação populacional nacional e apresentando ligeira elevação na nordestina (5,8%).

Por outro lado, acompanhando uma tendência nacional o estado apresentou um importante processo de urbanização nos últimos 40 anos. Já em no ano de 1991, o Rio Grande do Norte contemplava pouco mais de 2/3 da sua população habitando em áreas urbanas (69,1%), chegando aos 73,3% em 2000, em ambos os períodos, superada apenas pela proporção de Pernambuco, entre os estados do Nordeste. É importante destacar ainda que o crescimento do contingente populacional urbano potiguar foi menor do que o das médias regional e nacional, e comparativamente aos três estados economicamente mais importantes do Nordeste superando somente a taxa pernambucana. Mesmo assim, é importante registrar que o Grau de Urbanização norte-rio-grandense apresentou um ritmo crescente,

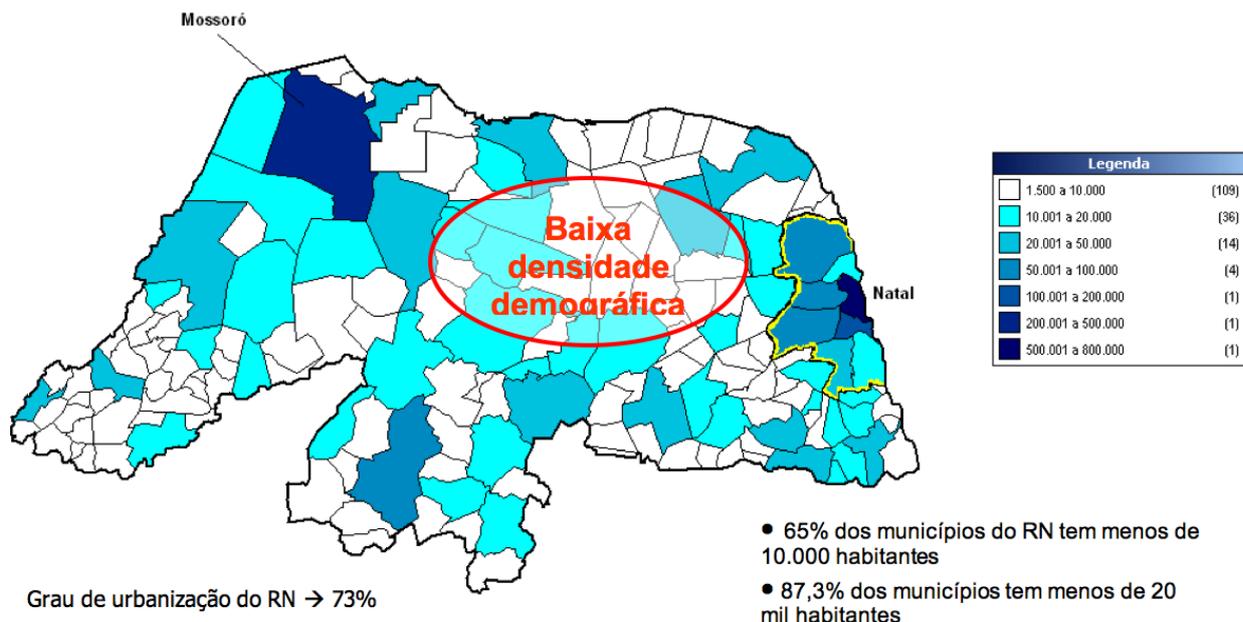
mostrando taxas aceleradas entre os anos censitários a partir de 1970 (47,6% em 1970, 58,8% em 1980, 69,1% em 1991 e 73,5% em 2000), embora o crescimento da população tenha demonstrado desaceleração a partir de 1980. Em relação ao meio rural, o Rio Grande do Norte foi o estado entre os do Nordeste o que apresentou menor decréscimo no contingente populacional, apontando inclusive índices bem menores do que os das médias regional e nacional.

No que diz respeito à distribuição espacial da população e sua evolução, o exame das informações do Censo de 2000 (IBGE) indicam que o Rio Grande do Norte tem grande número de municípios pequenos e poucos municípios considerados grandes para os padrões brasileiros. Como pode ser analisado no **Quadro 1** e no **Mapa 1** a seguir, o estado possuía 65,7% dos seus municípios com população igual ou inferior a 10 mil habitantes (109 dos 166 municípios, esse percentual), este percentual sobe para 87,4% considerando aqueles municípios com 20 mil ou menos habitantes. No outro extremo, só três municípios tinham população acima de 100 mil habitantes, dois deles localizados na Metrópole de Natal (Natal e Parnamirim) e outro no interior (Mossoró). Mesmo considerando que tenha havido acréscimos populacionais de 2000 a 2006, o perfil da distribuição populacional não mudou muito. Pode se dizer que se trata de um estado com uma distribuição bem homogênea de municípios, o que associado à malha viária relativamente bem servida (ver Mapa 2 da distribuição das principais rodovias de Rio Grande do Norte logo após o mapa da distribuição espacial da população do estado). Em que pese algumas estradas em condições precárias, denota-se uma rede de cidades com equilíbrio de distribuição no espaço, tendo duas grandes polarizações: uma com atração muito forte a partir de Natal-Parnamirim e outra com menos atração mais de grande importância para o interior polarizado por Mossoró.

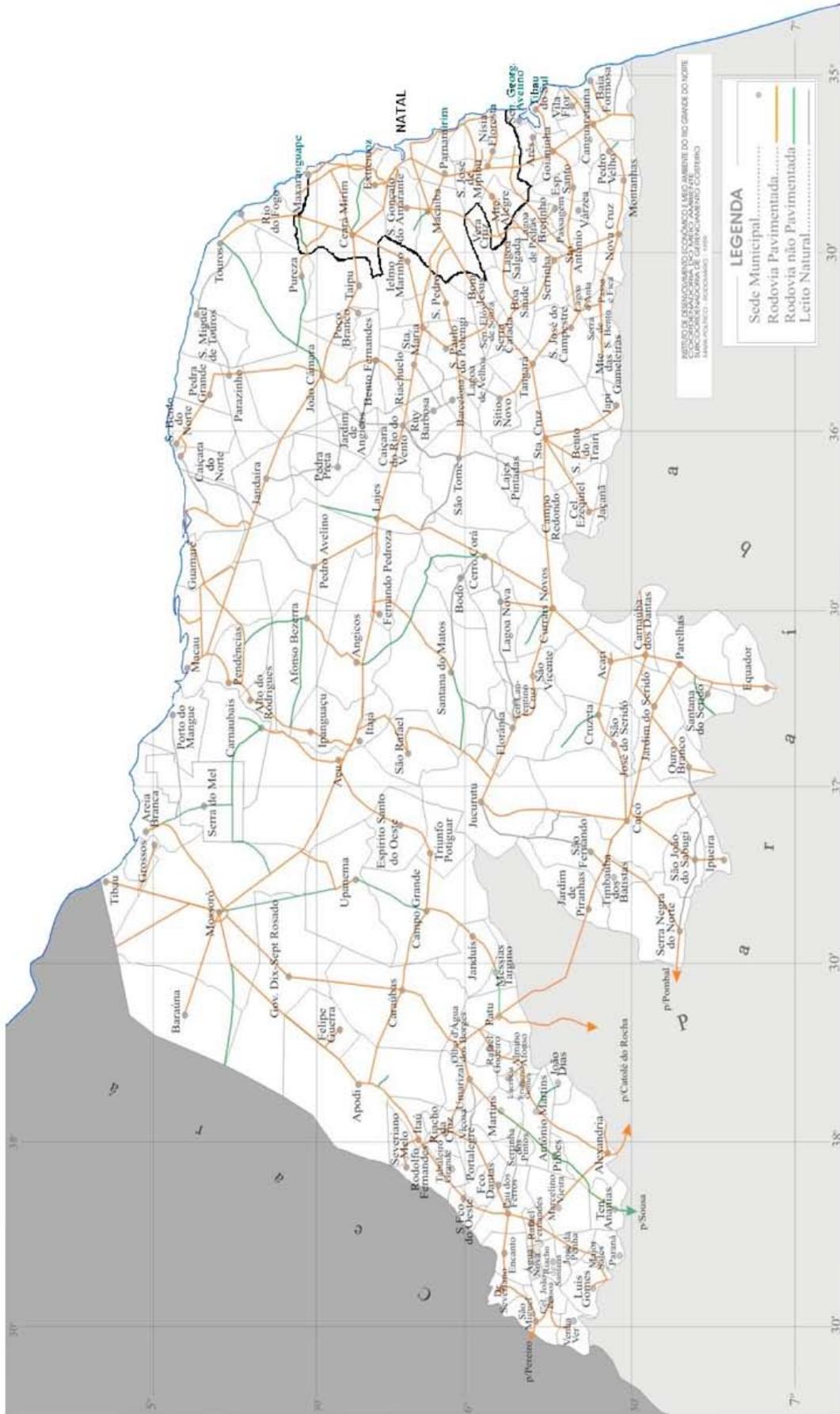
Faixa da população	Nº de municípios	Municípios
Até 10.000 hab.	109	
De 10.001 a 20.000 hab	36	
De 20.001 a 50.000 hab.	14	Santo Antônio, São Miguel, Areia Branca, Pau do Ferros, Macau, Canguaratinga, Touros, João Câmara, Santa Cruz, Nova Cruz, São José do Mipibu, Currais Novos e Açu
De 50.001 a 100.000 hab.	4	Macaíba, Caicó, Ceará-Mirim e São Gonçalo do Amarante
De 100.001 a 200.000 hab.	1	Parnamirim
De 200.001 a 500.000 hab.	1	Mossoró
De 500.001 a 800.000 hab.	1	Natal

Quadro 1
Principais
cidades - 2000
Fonte: IBGE -
Censo Demográfico

Mapa 1
Rio Grande do Norte: Distribuição espacial
da população por tamanho de município - 2000



Mapa 2



O quadro do mercado de trabalho do Rio Grande do Norte também aponta importante contribuição da Metr pole de Natal, que respondia por 42,6% das pessoas ocupadas no ano 2000 (Censo 2000, IBGE), seguido da zona homogênea Mossoroense com 17,9%. Entretanto observando a participa o espacial segundo os grandes setores da economia, constata-se que a Metr pole contribuía apenas com 10,8% da popula o ocupada do Estado, enquanto a indústria e as atividades de serviços respondiam, respectivamente por 49,1% e 49,8% do total desses respectivos setores na economia potiguar como um todo. Por outro lado, tanto em termos totais quanto dos setores agropecuário e de serviços a zona homogênea Mossoroense desponta como o segundo espaço que mais absorve mão-de-obra. No caso específico do setor industrial a zona Mossoroense registra-se como o principal absorvedor de mão-de-obra (**Tabela 7**).

Tabela 7

Rio Grande do Norte: Distribui o relativa das pessoas ocupadas segundo as zonas homogêneas e setores econômicos - 2000

Zonas Homogêneas	Total	Agropec.	Indústria	Serviços			
				Total	Comércio e Repara�o	Serviços ¹	Adm. Pública ²
Rio Grande do Norte	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Natal Metr�pole	42,6	10,8	49,1	49,8	51,1	52,9	50,4
Agreste	9,5	20,5	6,4	3,8	5,9	4,6	7,7
Alto Apodi	8,0	16,5	3,9	1,6	3,2	6,9	5,1
Caicó	5,1	4,0	8,1	3,4	11,1	5,4	4,5
Currais Novos	3,7	4,0	4,6	16,0	4,5	3,2	3,1
Litoral Norte	5,4	11,0	3,5	4,3	2,4	4,7	5,1
Litoral Oriental (sem a Metr�pole)	4,4	7,7	3,7	0,8	3,6	3,7	4,3
Mossoroense	17,9	17,9	18,9	17,4	16,8	17,7	17,9
Serras Centrais	3,3	7,7	1,7	2,9	1,5	0,9	2,0

Fonte: IBGE - Censo Demográfico (Microdados)

1 - O setor de serviços inclui educa o (exceto pública), saúde (exceto pública), serviços sociais em geral, serv. prestado às empresas, transportes, armazenagem, comunica o, alimenta o e alojamento, intermedia o financeira, atividades imobiliárias, ser

2 - A Administra o Pública, compreende a administra o do estado e da política econômica e social e outros serviços coletivos prestados pela adm. pública nas três esferas de poder, as forças armadas, a seguridade social, as atividades de correio, a saúde

Quanto as condições de ocupação dos empregos existentes no Estado no ano de 2000, detecta-se um elevado grau de informalidade, correspondendo no agregado do RG do Norte a algo entorno de 56% (ver **Tabela 8**). As zonas homogêneas que apresentaram o maiores graus de informalidade foram as de Serras Centrais e do Litoral Norte. A menor taxa foi anotada para a Metrópole de Natal, registrando entorno de 42,9%. foi da Metrópole de Natal, seguido da zona homogênea Mossoroense com 56,2% de informalidade do trabalho.

Especificação	Part. %	
	Formal	Informal
Rio Grande do Norte	44,0	56,0
Natal Metrópole	57,1	42,9
Agreste	26,6	73,4
Alto Apodi	26,6	73,4
Caicó	35,6	64,4
Currais Novos	36,4	63,6
Litoral Norte	28,0	72,0
Litoral Oriental (sem Natal Metrópole)	37,9	62,1
Mossoroense	43,8	56,2
Serras Centrais	23,7	76,3

Tabela 8
Rio Grande do Norte e Zonas Homogêneas: População Ocupada Formal e informalmente - 2000

Fonte: IBGE - Censo Demográfico (Microdados)

As pessoas ocupadas na administração pública foram consideradas todas formais

Por outro lado, como pode ser observado na **Tabela 9**, o dado de renda domiciliar per capita durante a década de 1990 apresentou importante aumento, cerca de 3,8% a.a., alcançando, não ostante um patamar ainda muito baixo de R\$175,20. As zonas homogêneas de Caicó, Litoral Norte e Currais Novos foram o que experimentaram os maiores incrementos da renda domiciliar familiar *per capita*. No total do ano 2000 a Métropole de Natal foi a que obteve o maior nível médio de renda cerca de R\$ 274,03, enquanto Serras Centrais foi a zona homogênea com menor valor, R\$ 84,60. Provavelmente estes valores tiveram alterações maiores até o ano 2006, considerando os impactos dos avanços dos programas sociais do Governo Federal e a expansão da economia potiguar nesses primeiros anos do século XXI.

Município	1991	2000	Taxa anual de cresc. (%)
Rio Grande do Norte	125,1	175,2	3,8
Natal Metr�pole	205,77	274,03	3,2
Agreste	60,10	83,38	3,7
Alto Apodi	69,42	90,30	3,0
Caicó	113,42	165,91	4,3
Currais Novos	96,95	140,60	4,2
Litoral Norte	58,88	86,31	4,3
Litoral Oriental (sem Natal Metr�pole)	63,41	86,13	3,5
Mossoroense	99,99	137,17	3,6
Serras Centrais	51,12	84,60	5,8

No que se refere às condi es de vida da popula o potiguar, as constata es levantadas a partir do Atlas do Desenvolvimento Humano tanto em termos da distribui o espacial do  ndice de Desenvolvimento Humano quanto dos parâmetros de aferi o da linha de pobreza (Mapa 3 e 4).

Tabela 9
Rio Grande do Norte e Regiões : Homogêneas: Renda domiciliar per capita: 1991/2000

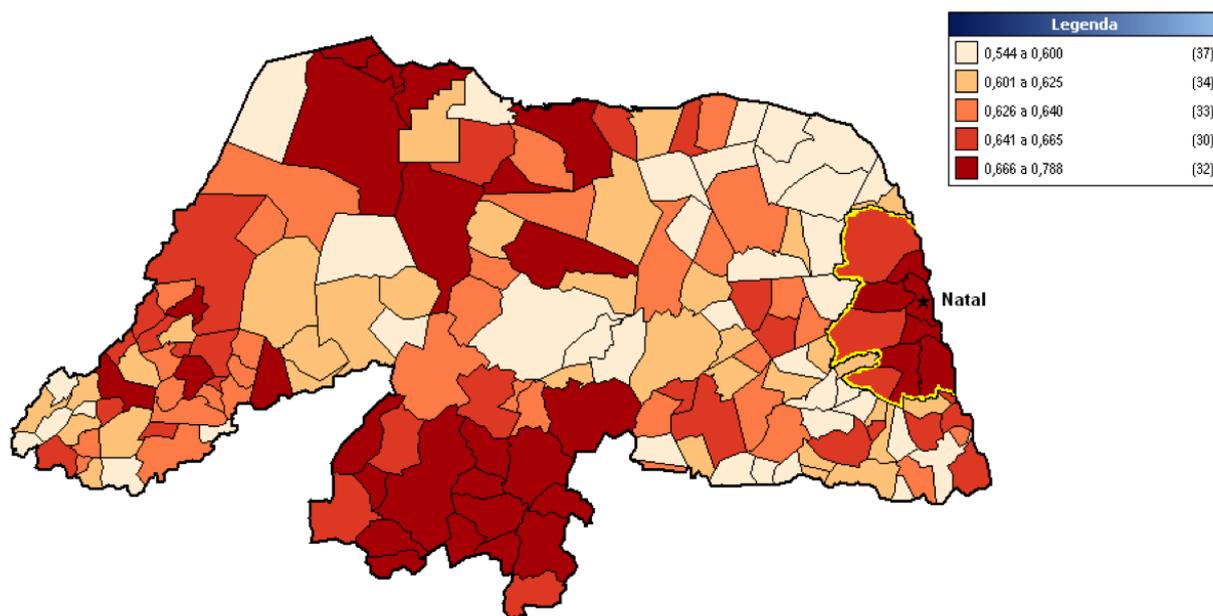
Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil. 2000.

Nota: Renda domiciliar per capita   a soma da renda de todos os membros da família dividido pelo n  de membros, expresso em reais (R\$) 2000.

33

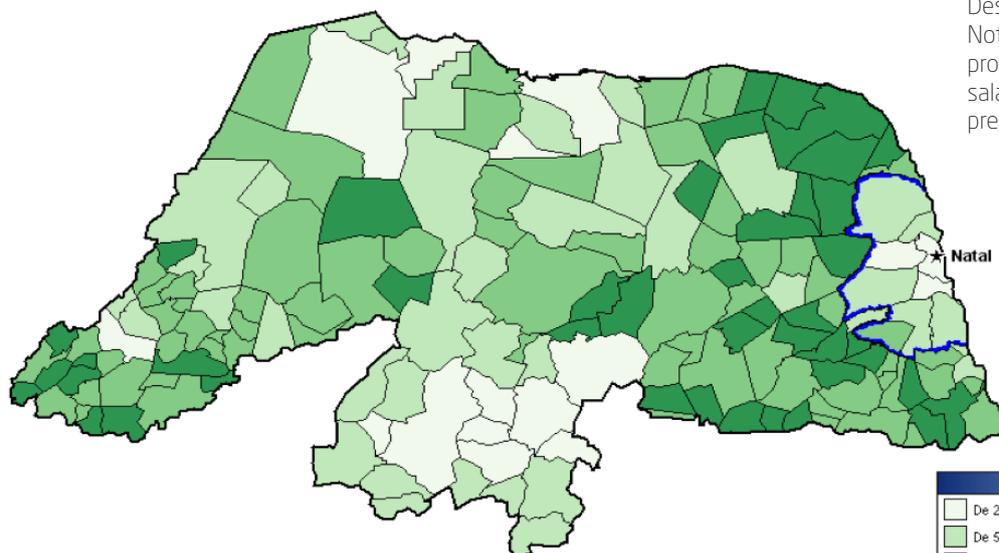
Mapa 3
Estado do Rio Grande do Norte:
 ndice de Desenvolvimento Humano Municipal - 2000

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano



Mapa 4

Municípios do Estado do Rio Grande do Norte: Percentual de pessoas que viviam abaixo da linha da pobreza - 2000



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano
Nota: Linha da pobreza=R\$75,00 ou 1/2 salário mínimo mensal a preços de 2000

Legenda	
De 28,7 a 50,0	(16)
De 50,1 a 65,0	(39)
De 65,1 a 73,0	(68)
De 73,1 a 86,0	(43)

2.2. Análise das Cadeias e Arranjos Produtivos Relevantes

Após a visão da evolução recente da socioeconomia potiguar no período recente e a evolução dos grandes setores e dos seus principais segmentos produtivos, o que se pretende a seguir é fornecer informações consideradas relevantes a respeito dos grandes arranjos e cadeia produtivas norte-rio-grandenses das quais resultam repercussões diretas e indiretas para a Metrôpole de Natal.

a) Construção Civil e Atividades Imobiliárias

Este segmento econômico abrange a construção civil e as atividades imobiliárias, possuindo *elos complementares* fornecedores relevantes que abrangem desde a indústria de siderúrgica, a de material elétrica de madeira e móveis e de minerais não-metálicos, além de outras, até serviços complementares como os de engenharia e arquitetura. Para ressaltar a importância desse conjunto de atividades que constitui o núcleo da cadeia é suficiente afirmar que no total do Valor Adicionado Bruto da economia norte-rio-grandense, quase 18% equivalem a esse valor gerado pela construção e pelas atividades imobiliárias, em 2004,

o que corresponde a R\$ 2,6 bilhões. Além disso, em 2005, somando-se o emprego formal gerado pelas atividades de construção civil e pelas atividades imobiliárias (somadas a alugueis e prestação de serviços às empresas), o total de emprego formal neste núcleo chegava a 69,5 mil pessoas, segundo a RAIS, em 5,5 mil estabelecimentos em todo Estado. Se levarmos em conta que a parcela mais significativa do emprego na construção civil está constituída por ocupações informais, tem-se um extenso contingente de pessoas ocupadas dependentes desse conjunto de atividades.

Desses 5,5 mil estabelecimentos concentrados nas atividades de construção civil e nas chamadas atividades imobiliárias, aproximadamente 3,4 mil localizavam-se na Região Metropolitana de Natal e ocupavam 35,8 mil pessoas. Essa cadeia está, certamente, disseminada em todo Estado, mas, tem uma concentração na metrópole, que constitui o aglomerado urbano mais relevante do Rio Grande do Norte.

Esta cadeia não somente é extensa e disseminada no Estado como vem registrando nos últimos anos uma expansão significativa, tanto do número de estabelecimento quanto das pessoas ocupadas formalmente. A **Tabela 10** mostra a evolução ocorrida nessas atividades que constituem o núcleo da cadeia, entre 2000 e 2005.

35

Tabela 10
**Rio Grande do Norte,
 Região Metropolitana
 e Demais Regiões:
 Estabelecimentos
 e Empregos Forais
 na Construção
 Civil e Atividades
 Imobiliárias - 2000-
 2005**

Fonte dos dados básicos:
 Ministério do Trabalho e
 Emprego (RAIS)

Construção civil e Atividades Imobiliárias	R. G. Norte		R. Metropolitana		Demais Regiões	
	2000	2005	2000	2005	2000	2005
Construção civil						
Estabelecimentos	1439	1779	1050	1212	389	567
Empregos formais	13812	19939	10634	13784	3178	6155
Atividades Imobiliárias						
Estabelecimentos	1883	2673	1610	2220	273	453
Empregos formais	19773	33994	12948	22038	6825	11956
Total						
Estabelecimentos	3322	4452	2660	3432	662	1020
Empregos formais	33585	53933	23582	35822	10003	18111

Considerando-se o conjunto dos estabelecimentos e dos empregos formais para todo o núcleo da cadeia (construção civil e atividades imobiliárias) e para o Estado em seu conjunto, o que se constata é um crescimento anual de, respectivamente, 6% e 9,9%, o que, sem dúvida, revela uma expansão significativa desse conjunto de atividade. A expansão dos estabelecimentos e do emprego na Região Metropolitana de Natal foi de, respectivamente, 5,2% (estabelecimentos) e 8,7,% (empregos formais). Isto significa que não obstante a soma da participação das demais regiões ou pólos regionais seja menor que a da Região Metropolitana, é nelas que o crescimento dos estabelecimentos e do emprego está ocorrendo com maior intensidade. Entre 2000 e 2005 nas demais regiões o número de estabelecimentos cresceu a taxa de 9% ao ano e o emprego registrou a expansão a uma taxa de 12,6% ao ano.

Não resta dúvida que nesse conjunto de atividades estão sendo criadas oportunidades de negócios relevantes em todo Estado (em especial na RM de Natal), havendo uma tendência à sua ampliação com a articulação que já começa a existir entre, de um lado, essa grande cadeia de construção e atividades imobiliárias, de um lado, e a cadeia de turismo e lazer, também de uma amplitude e dinâmica muito significativa, como se verá a seguir. Vale o destaque para os estudos que estão sendo realizados no âmbito da UFRN, a respeito da significativa entrada de capitais estrangeiros que, recentemente, têm reforçado a articulação dessas duas grandes cadeias produtivas. Ademais, tratando-se de uma grande e complexa cadeia produtiva, alguns dos seus *elos complementares* que poderiam situar-se no Rio Grande do Norte, sejam aqueles voltados para o fornecimento de serviços ou de produtos, constituindo-se, assim, novas frentes de investimentos no interior da economia norte-rio-grandense.

É importante levar em conta que o nível de emprego e o número de unidades produtoras da cadeia da construção civil e das atividades imobiliárias estão, certamente, subestimados uma vez que não foram captados, na tabela apresentada nem os empregos e unidades produtivas informais vinculadas às atividades-núcleo da cadeia, nem tampouco as unidades produtivas e os empregos formais e informais dos *elos complementares* que integram esta vasta e complexa cadeia produtiva.

b) Turismo e Lazer

Em tese, a cadeia produtiva denominada de turismo e lazer engloba, entre suas atividades mais relevantes, (i) o núcleo constituído dos serviços líderes de hotéis, pousadas, resorts, restaurantes, bares, lanchonetes, parques temáticos, centros de convenções, etc.; (ii) os elos produtivos complementares, fornecedores de insumos e a indústria de suporte, constituído pelo operadores e agências de viagens, pelos organizadores de eventos, pelos serviços de transporte e organizadores de viagens específicas para o turistas, pelos serviços de fornecedores de processamento alimentar, além da construção civil e atividades imobiliárias integradas às atividades turísticas; (iii) ademais, deve-se considerar os serviços de apoio e infra-estrutura que se desdobram e instituições financeiras, recursos humanos, propaganda e marketing, C&T e infra-estrutura física (aeroportos, rodovias, portos, serviços básicos de saneamento e energia, além de outros.

Esse conjunto de atividades do núcleo é bastante representativo, no sentido de mostrar a dinâmica e a significação dessa cadeia na economia pelas atividades de *alojamento e alimentação*.

Antes de iniciar a análise da evolução dos estabelecimentos e do emprego formal vale destacar aspectos da demanda atual de turismo no Estado, de acordo com estimativas oficiais. Levantamento da Secretaria de Turismo do Governo do Rio Grande do Norte calcula que em 2005 o total de turistas teria alcançado aproximadamente de 2,1 milhões de pessoas, sendo que, deste total, 1,75 milhão estavam constituídos de turistas nacionais e 345 mil de turistas estrangeiros. Entre estes últimos predominavam portugueses, espanhóis e holandeses. Decorrente da presença desses visitantes, teria sido gerada, de acordo com a mesma fonte de informações, receita da ordem de US\$ 571,9 milhões no Rio Grande do Norte, dos quais cerca de US\$ 361,2 milhões atribuídos aos nacionais e US\$ 210,7 milhões aos visitantes de fora do País. Esses valores vêm-se ampliando consideravelmente, quando se estabelece a comparação com períodos anteriores Assim, em 2001 a estimativa do fluxo turístico limitava-se a 1,4 milhão de pessoas, o que significa um pouco mais da metade do que foi constatado em 2005, quatro anos depois.

Relativamente aos meios de hospedagem e seus desdobramentos em unidades habitacionais (quartos e apartamentos) e leitos, as informações são coerentes com o que assinalou anteriormente. A **Tabela 11** permite que se constate o crescimento acelerado dos meios de hospedagem no Estado, entre 2000 e 2005. O crescimento

observado para os meios de hospedagem foi de 10% ao ano, já para as unidades habitacionais foi de 9,4%, taxa inferior à constatada para os leitos dos hotéis: 11%. Há, portanto, nos últimos anos, um avanço substancial de equipamentos no Estado para receber o fluxo significativo de turista que se dirige para o Rio Grande do Norte.

Levantamentos mais recentes ressaltam que se encontram em andamento 100 novos empreendimentos hoteleiros de grande e médio portes que deverão entrar em funcionamento nos próximos 5 anos. Com a conclusão, estima-se que deverão aumentar a oferta de mais 15 mil apartamentos ou quartos e 30 mil leitos GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, 2006). Isto significará a duplicação do número de unidades habitacionais já registrada em 2005 (Tabela 11).

Meios, unidades, leitos	2000	2005	% Anual
Meios de hospedagem	404	652	10,0
Unidades habitacionais	9.561	14.993	9,4
Leitos	25.056	42.300	11,0

Tabela 11
**Rio Grande do Norte:
Evolução dos Meios
de Hospedagem
(2000 - 2005)**
Fonte: SETUR E IDEMA

38

Para que se tenha uma percepção mais detalhada do núcleo da cadeia produtiva constituída pelo conjunto de atividades formais voltadas para o turismo e lazer no Rio Grande do Norte, vale a pena examinar as informações da RAIS relativas aos hotéis e alojamentos, restaurantes e bares, lanchonetes, agências de viagens e organizadores de viagens, tanto da perspectiva do número de estabelecimentos quando do número de pessoas formalmente empregadas, em 2002 e 2005¹. Além disso, sua desagregação considerando o Estado, a Região Metropolitana, as demais regiões e Natal, permite que se entenda melhor a estrutura e a evolução dessa importante cadeia produtiva norte-rio-grandense. Vale o destaque para o fato de que levantadas por outros critérios, algumas informações que seguem não coincidem com as anteriormente apresentadas.

¹ Em 2000 e 2001, as informações da RAIS omitem cifras do número de estabelecimentos referentes a hotéis

A **Tabela 12** mostra vários aspectos da evolução de parcela relevante do núcleo da cadeia produtiva do turismo e lazer no Rio Grande do Norte. Em primeiro lugar cabe destaca o grande dinamismo recente em todos os segmentos que constituem parte importante do núcleo

da cadeia: hotéis e alojamentos, restaurantes e bares, lanchonetes e similares, agências e organizadores de viagem. Esse dinamismo se reflete tanto no número de estabelecimentos que foram criados como no de empregos formais oferecidos. Ademais, o crescimento dos estabelecimentos e empregos ocorreu no Estado, na sua Região Metropolitana, nas demais regiões do Estado e no município de Natal. Trata-se, portanto, de uma cadeia produtiva que está se disseminando pelo Rio Grande do Norte, embora registre uma grande concentração na Região Metropolitana de Natal e, particularmente, no município de Natal, como se pode constatar na tabela. Não obstante, as informações referentes “às demais regiões” revelam, sobretudo no que se refere ao emprego formal, um crescimento bem maior que a média do Estado e da Região Metropolitana.

Tabela 12
Rio Grande do Norte,
Região Metropolitana
do Recife, Demais
Regiões e Natal:
Estabelecimentos e
Empregos Formais
(2002-2005)

Fonte: Ministério do
Trabalho e Emprego (RAIS)

Estado, Região Metropolitana Demais Regiões e Natal	Estabelecimentos		Empregos Formais		(%) 2002-2005	
	2002	2005	2002	2005	Estab .	Empreg.
Rio Grande do Norte						
Hotéis e alojamentos	367	454	5.031	6.909	7,3	11,2
Restaurantes e bares	530	723	4.019	5.498	10,9	11,0
Lanchonetes e similares	265	355	1.334	1.914	10,2	12,8
Agencias e organ/viagens	105	121	371	498	4,8	10,3
Total	1.267	1.653	10.755	14.819	9,3	11,3
Região Metropolitana						
Hotéis e alojamentos	245	270	4.124	5.302	3,3	8,7
Restaurantes e bares	420	524	3.388	4.485	7,7	9,8
Lanchonetes e similares	216	291	1.175	1.654	10,4	12,1
Agencias e organ/viagens	95	110	358	469	5,0	9,4
Total	976	1.195	9.045	11.910	7,0	9,6
Demais Regiões						
Hotéis e alojamentos	122	184	907	1.607	14,7	21,0
Restaurantes e bares	110	199	631	1.013	21,8	17,1
Lanchonetes e similares	49	64	159	260	9,3	17,8
Agencias e organ/viagens	10	11	13	29	3,2	30,7
Total	291	458	1.710	2.909	16,3	19,4
Município de Natal						
Hotéis e alojamentos	204	217	3.803	4.919	2,1	9,0
Restaurantes e bares	358	448	2.955	3.942	7,8	10,1
Lanchonetes e similares	206	272	1.162	1.585	9,7	10,9
Agencias e organ/viagens	88	106	348	453	6,4	9,2
Total	856	1.043	8.268	10.899	6,8	9,6

Vale ressaltar que as oportunidades de negócios relacionadas com esta cadeia produtiva podem ser encontradas em vários dos seus aspectos: (i) nos elos da cadeia, ainda frágeis e inexistentes, no Rio Grande do Norte, que necessitam ser reforçados ou criados; (ii) nos novos investimentos previstos, notadamente em hotéis e alojamentos; (iii) no aumento significativo, como se assinalou, do fluxo nacional e internacional de visitantes que está a exigir, não somente dos serviços diretamente vinculados ao turismo, mas outros serviços e equipamentos que facilitem e garantam a continuidade dos fluxos.

É importante destacar o fato de que a presença crescente de fluxos de turistas estrangeiros, sobretudo, deverá exigir que os municípios ou centros urbanos de recepção dos fluxos estejam preparados em aspectos relacionados à comunicação da população local, sobretudo a vinculada aos serviços demandados pelos turistas internacionais, até a sinalização e divulgação de roteiros e formas de acesso dos turistas aos locais de maior procura. São imprescindíveis, também, a ampliação e aperfeiçoamento do sistema de transporte que permita o deslocamento fácil dos visitantes nacionais e estrangeiros.

Deve-se destacar, também, o processo de desconcentração da atividade de alojamento e alimentação, no Estado que, há poucos anos, estavam restritos à Região Metropolitana de Natal. A ampliação nas demais regiões pode, seguramente, ser potencializada como apoio financeiro das iniciativas em andamento.

Neste processo de interiorização ressaltam-se as deficiências encontradas em infra-estrutura e, em contraposição, os esforços definidos em projetos vinculados ao desenvolvimento do turismo no Litoral-Norte (de Natal a Touros), que envolvem não somente ligação rodoviária (pontes e rodovias) como ferrovias, parte da qual já existente.

Também vale registrar a realização de grandes empreendimentos voltados para o turismo estrangeiro. Neste particular, no Litoral Norte registra-se uma significativa presença da comunidade portuguesa que mantém, no Rio Grande do Norte, uma segunda residência para veraneio. Da mesma forma no Litoral Sul, com a presença não somente de portugueses, mas escandinavos e italianos. Este fenômeno ocorre também no interior da Região Metropolitana, particularmente, no entorno de Ceará Mirim, aonde vem ocorrendo um intenso processo de compra de terras para a construção de condomínios fechados e de luxo, para os padrões locais. Trata-se na verdade, num processo de articulação da grande cadeia da construção civil e de atividade

imobiliária com outra cadeia estadual da maior importância que é a de turismo e lazer.

c) Têxtil e Confeções, Alimentos e Bebidas.

No interior da indústria de transformação podem ser destacados dois grandes arranjos produtivos que têm apresentado, recentemente, crescimento diferenciado, mas abrangem um grande número de estabelecimentos e de pessoas formalmente empregadas: (i) a têxtil e confeções e (ii) a indústria de alimentos e bebidas.

No que se refere à indústria têxtil e de confeções vale destacar que, juntas, registram, em todo Estado, cerca 1.124 estabelecimentos, em 2005, e ocupavam aproximadamente, 32,3 mil pessoas formalmente. Essa cifra de emprego formal representava, no referido ano, cerca de 62,2% de todo emprego no segmento da indústria de transformação do Estado. Se a este núcleo dos dois arranjos produtivos somam-se as unidades informais de produção e os demais elos complementares (situados tanto nas atividades agropecuárias quanto nos serviços ou outras atividades industriais) que os integram, tem-se uma grande disseminação desses arranjos no Rio Grande do Norte, da perspectiva produtiva e territorial.

Na **Tabela 13** são apresentadas as informações consideradas relevantes para o conhecimento da estrutura e dos arranjos produtivos de alimentos e bebidas e da têxtil e confeções. Para esta análise considerou-se conveniente levar em conta a evolução ocorrida no Estado, na Região Metropolitana, nas demais regiões norte-rio-grandenses e no município de Natal.

As constatações mais relevantes a respeito da indústria de alimentos e bebidas e da têxtil e confeções são as seguintes:

- a) Um primeiro aspecto a ser considerado é que não obstante a presença marcante, nesses dois arranjos produtivos na Região Metropolitana de Natal e no município da capital, eles estão disseminados pelas demais regiões do Estado, de modo que do 1.124 estabelecimentos e 32,3 mil emprego em 2005, cerca de 529 estabelecimentos e 8,3 mil empregos localizavam-se nas demais regiões estaduais, excetuando-se a metrópole; esta presença é particularmente mais importante no que se refere a alimentos e bebidas;

-
- b) Além disso, é nas demais regiões que ocorreu a maior intensidade do crescimento do emprego e dos estabelecimentos, notadamente no que se refere ao crescimento do emprego formal na indústria de confecções;
- c) Vale o destaque para o fato de que o crescimento para tais arranjos produtivos revelou-se reduzido no conjunto do Estado, com exceção do segmento de confecções cujos indicadores mais relevantes, número de estabelecimentos (4% ao ano) e de empregos formais (16,1% ao ano), mostraram-se bem mais dinâmicos;
- d) A indústria têxtil norte-rio-grandense, como a regional e a nacional, passaram por dificuldades significativas em decorrência, sobretudo da concorrência internacional, notadamente de países asiáticos. O número de estabelecimento decresceu (-2,7% ao ano) e o de empregos formais (-4,6% ao ano);
- e) De qualquer forma, houve aumento do número de empregos formais nos dois arranjos produtivos (têxtil e confecções, e alimentos e bebidas), embora de modo diferenciado, com uma expansão maior nas demais regiões (4% ao ano), apontando na direção de um processo de descentralização. No Estado, em seu conjunto, o emprego formal cresceu 2,7%, na Região Metropolitana 2,2% e no Município de Natal 3,4%. Este desempenho de Natal se deve, sobretudo, ao grande crescimento do emprego formal constatado na indústria de confecções.

As informações da **Tabela 13** mostram que as atividades de confecções, tanto da perspectiva do número de unidades novas surgidas (estabelecimentos) como do nível de emprego formal revelaram um grande dinamismo e certamente constituem oportunidades de negócios pela forma de inserção que encontraram no mercado local e regional. O que chama a atenção é o fato de que o tamanho médio dos estabelecimentos (emprego formal dividido pelo número de estabelecimento) aumentou consideravelmente na indústria de confecções, antes (2000) registrava 18,4 empregados por estabelecimento e em 2005 aproximou-se da marca de 32 empregos. Esse aumento é explicado, sobretudo, em razão das mudanças ocorridas na atividade de confecções no município de Natal.

d) Comércio, Varejo Moderno e Comércio Exterior

A atividade comercial tem um peso importante na estrutura produtiva do Rio Grande do Norte, em particular a da Região Metropolitana de Natal. Do Valor Adicionado Bruto total do Estado, cerca de 4,3%, o equivalente, em 2004, a R\$ 630 milhões foram gerados nas atividades comerciais. Além disso, considerando-se o emprego formal e informal, em 2005, as atividades comerciais ocupavam cerca de 243,5 mil pessoas no Estado, ou seja, cerca de 19,4%. Considerando-se apenas o emprego formal, o contingente empregado no comércio norte-rio-grandense alcançava, em 2005, o contingente de 67,1 mil pessoas. Trata-se de um conjunto de atividades de grande importância econômica, mas, sobretudo, de maior significação na geração de empregos formais e informais.

Tabela 13
Rio Grande do Norte e Região Metropolitana: Estabelecimentos e Empregos Formais nos Arranjos Produtivos de Alimentos e Bebidas e Têxtil Confeccões - 2000-2005

Fonte dos dados básicos: Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS).

Estado, Região Metropolitana, Demais Regiões e Natal	Estabelecimentos		Empreg. Formais		(%) 2000-2005	
	2000	2005	2000	2005	Estab .	Empreg
Rio Grande do Norte						
Alimentos e bebidas	584	645	10.597	11.538	2,0	1,7
Têxtil e confecções	440	479	17.668	20.712	1,7	3,2
Têxtil	163	142	12.573	9.961	(2,7)	(4,6)
Confecções	277	337	5.095	10.751	4,0	16,1
Total	1.024	1.124	28.265	32.250	1,9	2,7
Região Metropolitana						
Alimentos e bebidas	321	337	5.843	6.282	1,0	1,5
Têxtil e confecções	251	258	15.542	17.592	0,6	2,5
Têxtil	60	59	11.523	8.930	(0,3)	(5,0)
Confecções	191	199	4.019	8.662	0,8	16,6
Total	572	595	21.385	23.874	0,8	2,2
Demais Regiões						
Alimentos e bebidas	263	308	4.754	5.256	3,2	2,0
Têxtil e confecções	189	221	2.126	3.120	3,2	8,0
Têxtil	103	83	1.050	1.031	(4,2)	(0,4)
Confecções	86	138	1.076	2.089	9,9	14,2
Total	452	529	6.880	8.376	3,2	4,0
Município de Natal						
Alimentos e bebidas	216	207	2.600	2.399	(0,8)	(1,6)
Têxtil e confecções	186	182	7.945	10.077	(0,4)	4,9
Têxtil	30	24	5.175	2.505	(4,4)	(13,5)
Confecções	156	158	2.770	7.572	0,3	22,3
Total	402	389	10.545	12.476	(0,7)	3,4

É importante ressaltar que seguindo o que vem ocorrendo em diversos estados, o comércio do Rio Grande do Norte vem passando por mudanças significativas na sua estrutura produtiva, não só com a presença diferenciada do atacado e varejo, mas com o surgimento e consolidação do arranjo produtivo do *varejo moderno*, constituído por novas formas de organização da produção de serviços comerciais que tem nos hiper e supermercados, nas lojas de conveniência e de departamento e nos shopping-centers sua expressão mais marcante. Agregue-se a isto a presença cada vez maior do *comércio exterior* que vem redefinindo a estrutura do comércio local.

Não obstante o fato de que as informações relativas ao Valor Adicionado Bruto do comércio estadual registrem uma taxa pouco significativa de crescimento até 2004, como se assinalou, as informações relativas à evolução das unidades produtivas e dos empregos formais, vêm registrando uma expansão significativa do comércio estadual e metropolitano. De fato, entre 2000 e 2005, no Rio Grande do Norte, o número de estabelecimentos comerciais cresceu a uma taxa anual de 8,5% e o do emprego forma a 10,5% ao ano. Taxas que apontam na direção de uma expansão significativa (**Tabela 13**)

Esse crescimento acelerado do emprego formal e dos estabelecimentos está disseminado nas várias partes da economia norte-rio-grandense, e registra uma expansão um pouco mais intensa nas demais regiões do Estado, sem considerar a metrópole comandada por Natal. Como tem ocorrido com diversas outras cadeias e arranjos produtivos comentados, há uma grande concentração dos empregos e estabelecimentos na Região Metropolitana, em particular no município de Natal, notadamente quando se trata de atividades terciárias. De fato, em 2005 cerca de 59,3% dos estabelecimentos comerciais e 70% do emprego formal localizava-se na metrópole. Não obstante, a partir das taxas de crescimento anual dos estabelecimentos e do emprego formal pode-se perceber indícios da presença de um duplo processo de desconcentração: um primeiro da metrópole em favor das demais regiões do Estado. Um segundo do município de Natal em favor do restante dos municípios da região metropolitana.

Estado, Região Metropolitana, Demais Regiões e Natal	Estabelecimentos		Empregos Formais		(% 2000-2005)	
	2000	2005	2000	2005	Estab.	Empreg
Rio Grande do Norte	8.292	12.494	41.681	68.772	8,5	10,5
Região Metropolitana	5.295	7.412	29.777	48.146	7,0	10,1
Demais Regiões	2.997	5.082	11.904	20.626	11,1	11,6
Município de Natal	4.527	6.091	26.275	40.976	6,1	9,3

Tabela 14
Rio Grande do Norte, Região Metropolitana, Demais Regiões e o Município de Natal: Evolução dos Estabelecimentos e Empregos no Comércio (2000-2005)

Fonte dos dados básicos: Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS)

Embora não tenha ainda, no interior do Estado uma importância significativa, o chamado “varejo moderno” constituído pelos hipermercados, supermercados, lojas de conveniência, lojas especializadas e outras atividades comerciais que usam processos de trabalho distintos do comércio tradicional e tem vinculação com grandes redes varejistas, merece um exame mais detido, enquanto oportunidade de negócios, não por sua dimensão econômica, mas pela intensidade do seu crescimento nos centros urbanos maiores.

Na **Tabela 15** são apresentados os dados mais recentes a respeito de alguns tipos de estabelecimentos que integram o varejo moderno, embora não constitua a sua totalidade, nem compreenda toda a extensa rede local, com seus núcleos e elos complementares, produtores de bens e serviços imprescindíveis para o funcionamento desse arranjo produtivo. De qualquer forma as informações apresentadas na tabela fornecem indicações seguras a respeito de dinâmica diferenciada da economia estadual, em seus diferentes espaços.

Começando a análise pelo total do Estado, o que se constata é que não obstante a taxa de crescimento do número de estabelecimento não seja muito alta, o número de pessoas empregadas formalmente registra uma expansão significativa nos tipos de estabelecimentos que integram o varejo moderno. Assim, no Rio Grande do Norte o emprego formal nos hipermercados entre 2000 e 2005 expandiu-se a uma taxa anual de 23,6%, nos supermercados de 8,4% e nas lojas de conveniência ou especializadas em torno de 20%. No total, este segmento registrou da perspectiva dos estabelecimentos uma expansão de 5,4% e do emprego formal de 12,5%, no Estado. Por sua importância na economia urbana, foi, sem dúvida, uma das atividades que permitiu ao Estado e à sua Região Metropolitana o diferencial de crescimento comparativamente com os demais estados nordestinos e outros aglomerados urbanos regionais.

O que é importante ressaltar é que o varejo moderno, na concepção aqui adotada, é, no Rio Grande do Norte, ainda, uma atividade predominantemente metropolitana e, mais particularmente, natalense, capaz de definir na capital não só a sua dinâmica econômica como a sua configuração urbana, na última década. Além disso, não se pode dissociar o seu crescimento recente da demanda constituída pelos fluxos regionais, nacionais e internacionais de turistas que visitam o Estado, em particular sua metrópole.

Estado, Região Metropolitana, Demais Regiões e Natal	Estabelecimentos		Empregos Formais		(%) 2000-2005	
	2000	2005	2000	2005	Estab.	Empreg
Rio Grande do Norte						
Hipermercado	27	14	593	1.710	(12,3)	23,6
Supermercado	210	266	3.544	5.312	4,8	8,4
Lojas de conveniência	78	124	255	620	9,7	19,4
Lojas especializadas	63	87	342	877	6,7	20,7
Total	378	491	4.734	8.519	5,4	12,5
Região Metropolitana						
Hipermercado	13	7	524	1.562	(11,6)	24,4
Supermercado	98	98	2.727	3.759	-	6,6
Lojas de conveniência	60	88	169	482	8,0	23,3
Lojas especializadas	47	66	222	757	7,0	27,8
Total	218	259	3.642	6.560	3,5	12,5
Demais Regiões						
Hipermercado	14	7	69	148	(12,9)	16,5
Supermercado	112	168	817	1.553	8,4	13,7
Lojas de conveniência	18	36	86	138	14,9	9,9
Lojas especializadas	16	21	120	120	5,6	-
Total	160	232	1.092	1.959	7,7	12,4
Município de Natal						
Hipermercado	10	6	487	1.557	(9,7)	26,2
Supermercado	76	68	2.433	3.135	(2,2)	5,2
Lojas de conveniência	47	67	135	421	7,3	25,5
Lojas especializadas	44	59	214	714	6,0	27,2
Total	177	200	3.269	5.827	2,5	12,3

46

Tabela 15
Rio Grande do Norte, Região Metropolitana, Demais Regiões e Natal: Evolução dos Estabelecimentos e Empregos Formais no "Varejo Moderno" (2000-2005)

Fonte dos dados básicos: Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS)

Vale ressaltar que embora não possa ter sido captado pelas estatísticas da RAIS utilizadas para caracterizar o varejo moderno, os shopping centers agregariam, aos dados anteriormente utilizados um grande número de estabelecimentos e de postos de trabalho formais, dado o seu caráter empregador. Outra fonte de informação a ABRASCE (Associação Brasileira de Shopping Centers) estima em 2006 a existência de quatro estabelecimentos dessa natureza que, nessa data empregava cerca de 11,17 mil pessoas. Somando-se esses valores com os empregos anteriormente referidos, essa parcela do varejo moderno ocuparia um número de pessoas perto de 20 mil.

É evidente que esta expansão acelerada e recente abre, para a classe empresarial, um grande número de oportunidade de investimentos e negócios, não só em Natal, mas no interior do Estado, nos aglomerados urbanos maiores, nos quais, embora ainda pouco representativos, expande-se significativamente.

Ainda no interior do comércio do Rio Grande do Norte, deve-se chamar a atenção para o comércio exterior que, juntamente, com o processo de diversificação das exportações norte-rio-grandenses vêm crescendo em volume e valor. Para que se tenha uma idéia mais exata da trajetória das exportações do Rio Grande do Norte nos últimos vinte anos (1984 a 2004) é suficiente afirmar-se que o Estado passou de sexta posição nas exportações regionais no primeiro ano (US\$ 46,5 milhões) para a quarta posição em 2004 (US\$ 573,6 milhões), tendo sido superado, neste último ano pela Bahia (US\$ 4,1 bilhões), Ceará (US\$ 859,4 milhões) e Maranhão (US\$ 1,2 bilhões).

No Gráfico 8 são apresentados os dados sobre a evolução das exportações norte-rio-grandenses de 1984 a 2004. Vale registrar que o crescimento é sistemático, não obstante do fato de que a partir do final dos anos 90 ocorrer um salto considerável dos valores exportados pelo Estado. Em 1999 o valor exportado corresponde a US\$ 115,7 milhões, para alcançar cerca de US\$ 573 milhões em 2004. Ou seja, o valor quase que é multiplicado por cinco, no prazo de cinco anos.

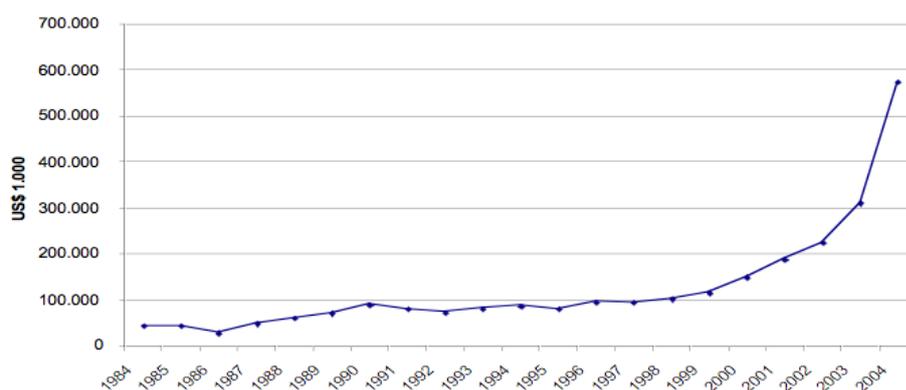


Gráfico 6
Rio Grande do Norte: Valor das exportações em Dólares Correntes - 1984-2004

Fonte dos dados básicos: MDIC - SECEX

Como se assinalou, este fato está associado a um processo de diversificação da pauta de exportações, conforme pode ser observado na **Tabela 16**, com os valores abrangendo o período de 1999 a 2005.

De fato, é suficiente observar a evolução dos valores de produtos como o de: (i) camarões, lagostas e peixes; (ii) frutas *in natura*, secas ou congeladas; (iii) castanha de caju, para perceber as mudanças ocorridas na participação relativa dos produtos nos últimos anos.

Tabela 16
Rio Grande do Norte: Principais Produtos Exportados 1999/2005 (US mil)

Fonte: MDIC/SECEX

Principais produtos e grupos	1999		2004		2005	
	US\$	%	US\$	%	US\$	%
Açúcar de cana e outros açúcares	8.765	7,6	11.251	2,0	19.598	4,7
Álcool etílico	2.933	2,5	4.848	0,8	4.054	1,0
Camarões, lagostas e peixes	7.526	6,5	101.374	17,7	78.645	19,0
Castanha de caju	19.634	17,0	32.789	5,7	44.043	10,7
Frutas in natura, secas ou congeladas	30.906	26,7	69.798	12,2	88.874	21,5
Gasolinas, óleo comb., petróleo e GLP	496	0,4	284.443	49,6	97.559	23,6
Produtos de confeitaria, bombons	8.720	7,5	14.594	2,5	13.107	3,2
Produtos têxteis	16.569	14,3	25.799	4,5	33.868	8,2
Sal marinho	7.795	6,7	5.649	1,0	9.863	2,4
Demais produtos	12.399	10,7	23.058	4,0	23.707	5,7
Total	115.743	100,0	573.603	100,0	413.317	100,0

Enfim, o que se pretende destacar é que não só o comércio, em seu conjunto, vem criando oportunidades e frentes de investimentos no Rio Grande do Norte, como alguns segmentos no interior dessa atividade de intermediação vêm crescendo intensamente. Entre elas, o varejo moderno, já disseminado nos maiores centros urbanos do Estado, notadamente em Natal, mas surgindo em outros centros de médio porte.

Além disso, o comércio voltado para o mercado internacional vem, nos anos recentes, consolidando segmentos exportadores, capazes de gerar grande número de empregos, como a pesca e carcinicultura, a produção de frutas e a produção e exportação de castanhas. A isto se deve somar o grande volume exportador de gasolina, petróleo e óleo combustível, associado à atividade da Petrobrás. As referidas frentes de investimento surgem e se consolidam não só diretamente nas atividades exportadoras ou no varejo moderno, mas nos elos complementares desses arranjos produtivos que dependem da dinâmica do núcleo exportador ou do varejo.

e) Arranjo Produtivo da Pesca

De acordo com a descrição do IBAMA, o Rio Grande do Norte possui um litoral de 390 km de extensão, no qual estão localizados 25 municípios litorâneos e 92 comunidades pesqueiras, com 12 mil pescadores. Estima-se, com base nessas cifras, que cerca de 60 mil pessoas estão ligadas à atividade da pesca. Ainda de acordo com o Instituto, o Estado coloca-se de forma privilegiada para o desenvolvimento da atividade pesqueira marítima, sendo encontradas regiões piscosas (bancos e ilhas oceânicas) a uma distância nunca superior a 160 milhas náuticas, "onde são capturados cerca de uma centena de espécies de peixes, crustáceos, moluscos, além da coleta de algas marinhas" (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE; IBAMA; CEPENE, 2005).

Em 2004, a produção estimada de pescado desembarcada no Rio Grande do Norte foi de 16,5 mil toneladas, enquanto que a registrada em 2000 alcançou a cifra de 11,6 mil toneladas. Isto significou, um crescimento, entre 2000 e 2004, da ordem de 9,2% ao ano. É importante considerar que ao lado da produção da chamada pesca extrativa marítima, que, em 2000, foi calculada em 11,6 mil toneladas, é importante considerar a pesca extrativa continental, que segundo o Ministério do Meio Ambiente e IBAMA (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE; IBAMA, 2001) alcançou 3,9 mil toneladas,

além da aquicultura de mar que registrou, em 2000, cerca de 7 mil toneladas. Vale lembrar que a produção total, para os referidos anos, no Rio Grande do Norte (22,6 mil toneladas), somente é superada, no Nordeste, pelas do Maranhão, Ceará e Bahia.

O estudo do CEPENE para 2004 também mapeia a situação dos meios utilizados na produção com destaque para a frota pesqueira do Estado. No que se refere à pesca marítima, o estudo resume da seguinte maneira as condições existentes em 2004: (i) a frota era, à época, da ordem de 3.424 embarcações pesqueiras; (ii) as embarcações, em sua maior parte, estão abaixo de 12 metros de comprimento, o que significa inferior a 20 TAB (Tonelagem de Arqueação Bruta); (iii) são confeccionadas de madeira, possuem sistema de conservação a gelo, suas viagens não ultrapassam a 15 dias de mar; (iv) tem propulsão a vela (54,9%), motor (26,3%) e a remo (18,8%). Isto significa que do total da produção em 2003, no Rio Grande do Norte, cerca de 12,6 mil toneladas (76,3%) foram proveniente da frota artesanal (abaixo de 20 TAB), e o restante da produção industrial (3,9 mil toneladas), ou seja, 23,7%.

O estudo assinala, ainda, a existência de pescadores que trabalham desembarcados. Além disso, a respeito das embarcações, destacam que elas pertencem aos pequenos armadores de pesca, excetuando 46 atuneiros que constituem a frota industrial e que desembarcam em Natal. Desses últimos, cerca de 14 são arrendados, 32 nacionais, que são de propriedade de armadores e empresas de pesca do Rio Grande do Norte, Ceará, Paraíba, São Paulo e Santa Catarina. Registra que as lanchas industriais dedicam-se à captura de atuns e afins. Finaliza, assinalando que no Estado existem cinco empresas de pesca, sendo que duas se decidam à captura, beneficiamento e comercialização de peixes, enquanto as outras três somente comercializam e beneficiam lagosta e camarão. Ressalte-se que mudanças importantes ocorreram na pesca industrial com o início, em 1996, do arrendamento de embarcações americanas, objetivando a captura de atuns e afins².

Para que se tenha a percepção da dimensão ou significado do pescado desembarcado no Rio Grande do Norte, em 2004, ainda pelas informações do CEPENE, o estado gerou um valor da produção de pescado de cerca de R\$ 84,5 milhões, com destaque para o valor da produção de lagosta (R\$ 37,9 milhões) que representa, do total, cerca de 4,18%, seguindo em importância econômica a albacora que, no referido ano alcançou R\$ 9,9 milhões, ou seja, 11,7%.

² "A partir de 1996, o Rio Grande do Norte deu início ao arrendamento de embarcações americanas visando a captura de atuns e afins, principalmente, o espadarte (meka), no litoral do Nordeste do Brasil, utilizando o espinhel pelágico monofilamento. Em face da alta rentabilidade alcançada nos anos de 1996 e 1997, as embarcações nacionais que operavam com espinhel multifilamento, começaram a diversificar suas atividades e, a partir deste momento, verificou-se um incremento da frota nacional para este tipo de pescaria, conseqüentemente um incremento substancial nesta produção, passando de 650,1 toneladas, em 1996, para 3.904,8 toneladas em 2004".

Da perspectiva dos municípios, nos quais foi desembarcada a produção pesqueira marítima – são 25 municípios do litoral norte-rio-grandense –, Natal deteve cerca de 32,9% do volume total produzido com 5,4 mil toneladas. Vale o destaque, no município da capital, para o fato de que a pesca de atum e afins, utilizando *espinhel long-line*, foi, certamente uma das razões do aumento significativo da produção. Comparando 2004 com 2003, a produção de Natal representou um acréscimo de 4,1%. Os municípios de Macau, Caiçara do Norte, Natal e Baía Formosa registraram o maior crescimento em volume de produção na comparação de 2004 com o ano anterior. Tal incremento ocorreu, segundo a análise do CETENE em razão da pesca do peixevoador, sardinha-bandeira, agulhões-espadarte e albacora.

Em termos espaciais a produção pesqueira potiguar está distribuída da seguinte forma: (i) além de Natal com os seus 32,9% do volume produzido no Estado, em 2004, destacam-se Macau (12,6%), Touros (8,3%) e Água Branca e Tibau do Sul com o mesmo percentual (3,3%). Há uma forma de especialização municipal, na qual Natal, por exemplo, está concentrado, em grande parte na produção de agulhão, albacora, cação e caico. Macau volta-se para a produção de sardinha, peixevoador, tainha e caico; além de Touros que concentra sua produção em caico, lagosta e biquara.

A produção do camarões, que vem apresentando um crescimento significativo e uma grande disseminação territorial, registra os seus maiores níveis, no levantamento do CETENE, nos municípios Baía Formosa, Tibau do Sul, Ares, São Gonçalo do Amarante, Nísia Floresta, Natal, Rio do Fogo, Touros, Porto do Mangue e Areia Branca. Já que representa o item de maior valor monetário na produção estadual, a produção de lagosta está concentrada em Rio do Fogo, Touros, Areia Branca, Ceará Mirim e Caiçara do Norte.

O que merece ser destacado nesta atividade é a grande expansão que tem tido a produção de algumas espécies, como o camarão e os processos de transformações pelos quais vem passando a produção.

f) Arranjo Produtivo da Fruticultura

A cadeia produtiva da fruticultura do Rio Grande do Norte tem um grande potencial para o desenvolvimento. Alguns valores, de fato, chamam a atenção. Começando pelo setor exportador (MDIC - SECEX), já se assinalou anteriormente que o Estado que exportava cerca de US\$ 30,9 milhões de frutas *in natura*, secas e congeladas, em 1999,

passa para US\$ 69,7 milhões em 2004 e alcança, no ano seguinte, cerca de US\$ 88,9 milhões, constituindo-se este item um dos mais relevantes da pauta de exportações do Rio Grande do Norte.

Ao lado disso, da perspectiva da produção local (informações do IBGE - PAM), em 2004 registrou-se a produção de 109,6 mil toneladas de melão, 130,9 mil de melancia, 40,1 mil toneladas de manga, 108,3 mil de abacaxi e 38,9 mil toneladas de castanha de caju. Muitos desses produtos não só tem marcado sua presença na atividade produtiva local, como vem registrando uma crescimento significativo, baseado em processos produtivos modernos. O caso do melão é o mais referido, entre os entrevistados.

Esse desempenho está associado não só ao surgimento e consolidação de uma capacidade empresarial que foi desenvolvida nas últimas décadas, mas às condições específicas naturais do Rio Grande do Norte. O estudo realizado pelo IDEMA ressalta que o Estado dispõe de excelentes condições para a prática de fruticultura tropical irrigada, fazendo menção à elevada insolação, a terras férteis localizadas nas regiões do Vale do Açu e Chapada do Apodi, e água abundante em pleno clima semi-árido que colocam o Rio Grande do Norte em posição privilegiada para o desenvolvimento dessa atividade. Neste particular ressalta a introdução de modernas tecnologias que refletem, segundo estudo, em ganhos de produtividade. As baixas precipitações ocorridas nas secas, ao contrário do que se verifica com relação às culturas de sequeiro, beneficiam significativamente a fruticultura irrigada.

Vale destacar, o exemplo da cultura do melão, produzido quase que exclusivamente para o mercado internacional. Sua exportação, já em 2001, teria alcançado US\$ 26 milhões, ao registrar uma expansão de 26%, no referido ano em relação a 2000. O Estado se constitui o maior exportador de melão e realizou feira recente na região produtora que contou com mais de 350 estandes e representantes de 19 países e gerou um movimento de negócios da ordem de US\$ 19 milhões. Mais recentemente devem ser considerados os avanços ocorridos em outras culturas, em particular da banana, manga, mamão e melancia (GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, 2002). Este é um processo de diversificação, que reúne não só grandes grupos econômicos, mas assentamentos, principalmente em Touros.

No que se refere especificamente a Mossoró e seu entorno (Chapada de Apodi), além da concentração da produção do melão, vale o destaque para o caju e sua múltipla utilização no processo produtivo.

Muitos das entrevistas ressaltaram a importância e significação da manga e banana no Vale do Açu, constituído um complexo no qual ocorre o surgimento de grandes oportunidades de negócios, tanto no mercado nacional como internacional.

Grande parte do sucesso obtido no desenvolvimento da fruticultura no Estado se deve a um processo de associativismo, de um lado, e a parceria com o setor público através do controle fitossanitário do Governo Estadual (COEX - Comitê Executivo da Fitossanidade do Rio Grande do Norte) que envolve 167 participantes e alcançou a meta da Área Livre da praga da mosca de fruta, no entorno de Mossoró.

No entanto, chama-se a atenção a reduzida agregação de valores vendidos tanto no mercado interno como no comércio exterior, pela ausência de beneficiamento dos produtos, vendidos, ora *in natura*, ora sem processamento que implique uma maior agregação ao processo produtivo da fruticultura. Em síntese, está em formação um arranjo produtivo que envolve um grande número de produtores e de pessoas empregadas, mas ao qual faltam alguns elos complementares de relevância, a partir do qual poderiam ser adicionados renda e empregos indiretos no interior desse agro-negócio, da maior relevância para o Estado.

53

g) Extrativa Mineral

Uma das características da economia do Rio Grande do Norte, assinalada por vários analistas, reside na diversidade e dimensão dos bens minerais. Do granito ao mármore; da diatomita ao calcário; do caule à mica e gemas, sem contar com as reservas consideráveis de scheelita, são alguns dos itens importantes dos recursos minerais do Estado. Além disso, o Estado destaca-se por ser o maior produtor nacional de sal marinho, alcançando mais de 90% do total extraído no Brasil.

Não menos importante é, na indústria extrativa mineral, a produção de petróleo e gás natural. De acordo com a análise do IDEMA, o Estado é o segundo maior produtor de petróleo do País e o primeiro na produção em terra. A produção de gás natural é também expressiva. Em termos de reservas, medidas em barris, elas devem alcançar 543 milhões de óleo "dos quais 410 são de petróleo e o restante de gás natural" (GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, 2002, p.75). Vale destacar que no período que vai de 1995 a 2001, o mercado

de gás natural, segundo estudo do IDEMA, cresceu 91% e o de gás veicular 1.440%. Adianta, além disso, que foi construída unidade de processamento que, praticamente, duplicou a capacidade - passando de 3 milhões de metros cúbicos por dia para 5,5 milhões -, por outro lado o oferta de GLP (gás de cozinha) teve sua capacidade aumentada de 352 toneladas/dia em 2001 para 600 toneladas em 2002.

O estudo chama a atenção para o pólo industrial no Município de Guararé nestes termos: “é o fator de relevância para a economia estadual. A unidade de diesel produziu, em média 480 mil metro cúbicos por dia em 2001. Para o ano 2002, a PETROBRÁS deverá implementar as obras da planta de querosene de aviação. Quando estiver concluída vai produzir 1.600 barris de querosene de aviação por dia, além de 4 mil barris de óleo diesel” (IDEM, p. 57). Acrescente ainda a análise que, “Em 2002, a PETROBRÁS deverá investir R\$ 1,33 bilhões na unidade de negócios de exploração do Rio Grande do Norte e Ceará, sendo 500 milhões para investimentos novos em R\$ 833 milhões para o custeio. Estima-se que, somente no Estado, 155 poços serão perfurados, dos quais 7 na plataforma marítima, que somados aos mais de 3 mil já existentes representam a garantia ou expansão dos níveis atuais de produção” (IBIDEM, p. 57). Estudo arremata afirmando: “O setor petrolífero é de importância fundamental para a economia do Rio Grande do Norte. Além do pagamento de *royalties* ao Estado e municípios e a indenização aos proprietários de terras onde são perfurados poços, a PETROBRÁS têm gastos expressivos na aquisição de material e em contratos com terceiros. A cobrança do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) por patê dos Estados produtores, em tramitação no Congresso Nacional, elevaria substancialmente a receita do Estado”.

Essas informações do estudo do IDEMA com dados de 2001 e 2002 constituem uma descrição adequada do impacto que, direta ou indiretamente, o pólo de petróleo e gás do Estado do Rio Grande do Norte provoca no interior da sua economia. Vale apenas agregar, além dos avanços mais recentes que ocorreram, o fato de que a empresa demanda da economia estadual um conjunto de bens e serviços que são fornecidos por empreendimentos locais e que, por tal razão, geram empregos e rendimentos diretos e indiretos, repercutindo em grande parte da estrutura produtiva local, criando novas e promissoras oportunidades de negócios. Vale o destaque, nessa demanda, relação à energia elétrica, em relação à qual é um dos maiores demandantes.

Destaca-se o setor produtivo de Petróleo-Gás, do qual decorre o fato de o Estado ser o segundo produtor nacional de petróleo, com 85 mil barris/dia e o segundo na produção de gás natural. Os entrevistados assinalaram a previsão de expansão do setor com novos investimentos destinados à perfuração de 230 poços com vista a novas descobertas de petróleo e gás. Neste particular, está prevista a instalação da 3ª Unidade de Processamento de Gás Natural, além da implantação de uma usina de querosene de aviação. Deve-se ressaltar que o pólo de Guamaré deverá aumentar a produção de óleo diesel. Finalmente, cabe o registro da proposta do Governo Estadual junto à PETROBRÁS, para construção de um gasoduto até o Vale do Açu, em troca da cobrança de licença ambiental. O referido gasoduto poderia constituir, na visão dos projetistas, uma alternativa econômica importante para a Região do Seridó.

O fato concreto a ser considerado é a presença marcante, no Rio Grande do Norte, de recursos naturais os mais diversos e que constituem potenciais econômicos, vinculados notadamente aos recursos minerais, a partir dos quais pólos e complexos econômicos importantes venham a consolidar-se no futuro imediato.

2.3. Tendências Socioeconômicas do Rio Grande do Norte

- **Economia potiguar deverá crescer num ritmo maior que média da economia brasileira**, dando seguimento à tendência observada na última década de uma base econômica originalmente baixa e que apontou crescimento significativo com a exploração de petróleo, e que nos últimos cinco anos vem mantendo um ritmo acelerado de crescimento por conta das atividades do turismo.
- **Maior interiorização do desenvolvimento estadual**, com perspectiva de expansão da região polarizada por Mossoró e Macau, onde se localizam os segmentos mais representativos da economia potiguar (exploração do petróleo e gás, fruticultura irrigada e pólo salineiro) e na **região litorânea norte**, onde deverá se concentrar parcela significativa dos projetos em implantação e negociação.

-
- **Retomada dos investimentos da Petrobras por conta dos novos poços** que se encontram em fase inicial de prospecção, deverá se manter aquecido o segmento industrial de máquinas e equipamentos, trazendo impactos significativos especialmente para o município de Mossoró;
 - No setor industrial ressalta-se a **retomada do segmento têxtil** e a elevação dos investimentos nos estabelecimentos industriais.
 - **Impulso agropecuário** por conta da consolidação e do fortalecimento da fruticultura irrigada em praticamente todo o Estado, adensando a cadeia da agroindústria
 - **Possibilidade de incremento da atividade sucroalcooleira**, por conta das condições naturais propícias ao cultivo da cana-de-açúcar, lastreado na elevação da demanda nacional e internacional por combustíveis alternativos
 - **Consolidação do estado como pólo de pesca**, pela continuidade da importância da carcinicultura e pela emergência da piscicultura, dinamizada pela implantação do pólo pesqueiro.
 - **Forte expansão das atividades turísticas**, com grande bloco de novos investimentos hoteleiros, refletindo em dinamização das atividades imobiliárias e varejo moderno.
 - **Incremento da construção civil**, o mesmo acontecendo com toda a cadeia produtiva fornecedora de insumos para o segmento (cerâmica, cimento, artefatos de concreto e gesso, vidros, madeira, pedra, brita).
 - Expansão e mudança de perfil do setor imobiliário em Natal e entorno (influência importante da aquisição de imóveis por estrangeiros). Também merece destaque as mudanças no padrão imobiliário, onde o processo de verticalização será uma tônica, basicamente na região litorânea, mais especificamente no município de Natal

2.4. Trajetória Mais Provável da Economia Potiguar

Antecedentes

A trajetória mais provável da economia norte-riograndense no horizonte 2030 foi definida levando-se em consideração os comportamentos dos últimos anos das variáveis macroeconômicas mais significativas e, em termos qualitativos, a identificação dos fatos portadores de futuro com a apresentação dos principais investimentos públicos e privados e tendências mais relevantes em curso ou com potencial possibilidade de ocorrência nos próximos anos; bem como pela influência do comportamento da trajetória mais provável da economia mundial, e, em especial da trajetória mais provável da economia brasileira.

Hipóteses

As hipóteses abaixo de comportamento da trajetória mais provável da economia potiguar para o período entre 2006 e 2020, foram identificadas levando-se em conta a hipótese mais geral de que o Estado deverá apresentar um crescimento contínuo ao longo deste intervalo, resultado da combinação de uma trajetória mais provável da economia nacional que deverá evoluir de forma gradual, sinalizando para um novo ciclo expansivo e refletindo um relativo movimento de desconcentração regional; com a perspectiva de fatores favoráveis que possibilitarão ao Estado crescer a um ritmo que o incluirá como uma das economias mais dinâmicas do período.

Como se verá a seguir, o desempenho positivo previsto para a economia potiguar será baseado, sobretudo, pela realização de novos investimentos privados, com destaque para as atividades ligadas à extração de petróleo, ao turismo, à indústria têxtil e aos agronegócios - carnicultura e fruticultura; bem como pela execução de investimentos públicos em infra-estrutura, notadamente voltados para a logística (rodoviária, portuária e aeroportuária) e hídrica.

Neste sentido, podem ser formuladas as seguintes hipóteses sobre a evolução da economia potiguar:

- a) **A economia potiguar** deverá crescer em todo período da trajetória a taxas superiores a média verificada para o conjunto da economia brasileira, continuando a tendência

histórica recente de uma economia cuja base produtiva era significativamente baixa e que passou a crescer a partir, sobretudo da presença da indústria extrativa mineral (exploração de petróleo). No final da primeira cena deverá se verificar um discreto aumento da participação relativa do estado na economia nacional, para um patamar de 1% que se manterá até o final da trajetória.

- b) **O dinamismo do Rio Grande do Norte**, relativamente maior do que o dos outros estados do Nordeste deverá continuar nos próximos anos. Comparativamente a Pernambuco e Bahia, a economia potiguar evolui apenas abaixo da Bahia nos primeiros anos da trajetória e cresce acima dos dois estados a partir da segunda cena.
- c) **O setor industrial**, em especial a indústria extrativa mineral, deverá ser o principal responsável pelo desempenho positivo da economia. Prevê-se um forte dinamismo nos anos iniciais da trajetória, puxado por um conjunto de investimentos privados que deverão se realizar já a partir desta cena, com destaque para as novas plantas industriais definidas pela Petrobrás (instalação da 3ª Unidade de Processamento de Gás Natural - UPGN e a implantação de uma usina de produção de querosene de aviação - QAV).
- d) **O setor de serviços** deverá apresentar um bom ritmo de crescimento no período, embora crescendo a taxas inferiores que os setores industrial e agropecuário. O reconhecido dinamismo histórico do setor de serviços deverá ter continuidade influenciada pelo turismo e pelo próprio efeito encadeador do crescimento urbano-industrial.
- e) **A perspectiva de crescimento da agricultura**, sobretudo nas últimas cenas, principalmente ao se levar em conta o conjunto de obras vinculadas ao projeto de interligação de bacias. As previsões contidas neste projeto mostram que o Rio Grande do Norte deverá ser um dos Estados mais beneficiados.
- f) **O dinamismo do setor exportador** deverá ser crescente ao longo da trajetória, motivado, principalmente, pelo aumento das exportações das atividades ligadas ao petróleo e derivados, carnicultura e fruticultura irrigada.
- g) **A continuidade do ritmo de crescimento a economia norriograndense** em toda trajetória, deverá ser garantido pela

implementação de um conjunto de investimentos públicos em infra-estrutura, ressaltando-se a previsão de realização de obras de modernização da rede rodoviária (ex. da duplicação da BR 101); da base portuária (exemplo da recuperação do terminal Salineiro de Areia Branca e da implantação do terminal Pesqueiro acoplado ao porto de Natal); da construção do futuro aeroporto prioritariamente para cargas, no município de São Gonçalo; bem como de obras hídricas diversas como o sistema de barragens previsto no projeto de interligação de bacias.

Descrição da Trajetória mais Provável

Como já foram detalhadas neste relatório, as condições previstas de um contexto macroeconômico com certo grau de austeridade fiscal e de rigidez monetária, embora mantida a estabilidade econômica, ainda levará a economia brasileira a uma expansão relativamente moderada na primeira cena de sua trajetória mais provável, entre 2005 e 2007; entretanto, estima-se um crescimento continuado da economia a partir de 2008, que deverá se tornar ainda mais intenso na cena final do período analisado (2016 a 2020), sobretudo como reflexo do maior fluxo de investimentos privados. Isto significará um aumento do produto, considerando-se os preços constantes de 2003, do patamar de R\$ 1,681 trilhões, em 2005, para aproximadamente R\$ 3 trilhões, em 2020.

A economia potiguar deverá acompanhar a retomada da economia brasileira dos prevista para os próximos anos, crescendo, entretanto, num ritmo superior ao verificado para a economia brasileira, o que possibilitará aumentar, neste intervalo, a sua participação relativa no produto nacional do patamar de 0,9% de 2006 para 1,0% em 2020. Isso resulta do fato de a economia potiguar projetar um crescimento de 5,4% a.a. durante o período 2006-2020 enquanto a economia brasileira, no mesmo intervalo de tempo, crescerá ao ritmo de 4,4% a.a.

De fato no último ano da primeira cena, já terá sua participação no PIB nacional acrescido de 0,9% para 1,0%. As diferenças nos ritmos de crescimento do Brasil e do Rio Grande do Norte deverão se manter durante todo o restante da trajetória, o que deverá fazer com que o Estado consiga garantir até o ano de 2020 continuidade da sua participação no PIB nacional no patamar de 1,0%.

As especificidades do comportamento da trajetória mais provável da economia do Rio Grande do Norte pode ser mais bem compreendida

considerando a explicitação do caminho que percorrerá esta trajetória, através da evolução de três cenas - sub-períodos qualitativamente distintos, mas intrinsecamente relacionados no horizonte de 2006 a 2020. Em cada uma destas cenas, descritas a seguir, são analisados o dinamismo geral da economia no período vis-à-vis a dinâmica nacional e o comportamento dos principais setores econômicos, procurando se explicitar as mudanças mais relevantes na base produtiva estadual.

3 FATOS PORTADORES DE FUTURO: PREVISÃO DE INVESTIMENTOS

O texto a seguir tem por objetivo mapear os investimentos que estão sendo realizados e os que estão previstos para os próximos anos no Estado do Rio Grande do Norte e especificamente na Região Metropolitana de Natal. Tomou-se por base informações coletadas em entrevistas com técnicos de órgãos do Governo do Estado que tratam do desenvolvimento industrial, com lideranças empresariais e políticas, em informações estatísticas de agências governamentais e em leitura de documentos oficiais, a exemplo do Plano Plurianual do Estado do Rio Grande do Norte referente ao período 2004-2007.

É importante ressaltar que durante as entrevistas³ se procurou enfatizar os eventos que podem vir a dinamizar a economia potiguar, ou seja, sobre os fatos portadores de futuro. Na sua amplitude o texto remete a um dos elementos importantes para a dinâmica tanto econômica quanto social do Estado que é a análise dos investimentos, principalmente daqueles que podem ser considerados estruturadores, salientando-se que parcela significativa dos projetos elencados corresponde a intenções, podendo se concretizar ou não. Os projetos cuja implantação estão sendo realizados e os que estão por ocorrer podem trazer no seu bojo uma capacidade encadeadora com uma série de repercussões importantes, principalmente sobre a renda e a geração de empregos no Estado. A primeira parte deste item remete aos investimentos previstos e em realização no **espaço estadual**, com repercussões sobre a metrópole, tecendo em seguida considerações sobre os investimentos especificamente no **espaço metropolitano**.

³ Entrevistas realizadas junto a técnicos do Governo do Estado e lideranças empresariais e políticas.

61

3.1. Investimento no Espaço Estadual

O comportamento futuro da economia potiguar depende significativamente dos investimentos em implantação, os previstos ou aqueles em estágio avançado de negociação, podendo consolidar ou ampliar o movimento recente da economia estadual. Os fatos portadores de futuro indicados a seguir apontam para a sinalização de mudança que poderão influir decisivamente na trajetória futura do espaço estadual como um todo (procurou-se indicar os principais investimentos públicos e privados focados nos espaços localizados fora da Metrópole de Natal ou que abrangessem investimentos que incluíssem a Metrópole concomitantemente com outros espaços estaduais). Entre os empreendimentos previstos para o horizonte 2006-2020 merecem registro os seguintes:

- **INVESTIMENTOS DA PETROBRAS.** Segundo informações da Assessoria de Imprensa da Petrobras no Rio Grande do Norte, para o período de 2006 a 2008. A companhia destinará para a Unidade de Negócio de Exploração e Produção no Estado o montante de R\$ 2,4 bilhões. Esse volume de recursos será investido nos campos petrolíferos de Ubarana e Canto do Amaro até 2008, em 31 poços exploratórios até o final de 2006 e na perfuração de 165 poços de produção em jazidas de petróleo em terra e mar. A aplicação dos investimentos ocorrerá nos municípios de Areia Branca, Apodi, Caraúbas, Felipe Guerra, Governador Dix-Sept Rosado, Mossoró, Serra do Mel e Upanema.
- **GASODUTO AÇU-SERIDÓ.** Estimado em 120 milhões de Reais, além de adensar o setor de cerâmica branca do Vale do Açu (produção de azulejos, louças sanitárias e pisos), que conta atualmente com 30 empresas. O projeto poderá ser expandido até a região do Seridó devendo atrair novas empresas para o interior (Itajá, Jucurutu, Caicó, Currais Novos e Parelhas). Segundo a Petrobras existem chances reais do projeto ser aprovado uma vez que além de atuar como importante fator indutor de redução da pobreza e de geração de emprego e renda do Estado acarreta impactos positivos no meio ambiente, como instrumento de combate à desertificação. A questão que se coloca é que a demanda industrial do gás na área ainda é incipiente, agravado pelo fato de as empresas terem que investir na transformação dos seus fornos (que

utilizam lenha). Caberá para a Petrobras construir o ramal principal e ao Governo do Estado os secundários. O que falta para o projeto se concretizar é apenas decisão política, segundo os entrevistados.

- **FERROVIA NATAL-MOSSORÓ.** Trata-se de um dos projetos de infra-estrutura mais importantes para o desenvolvimento do Estado. Corresponde à construção de um ramal ferroviário que parte do Terminal Salineiro de Areia Branca até a região de Açu, seguindo em direção a Jucurutu onde se localiza a extração de ferro. O projeto contempla ainda a recuperação do Terminal Salineiro, para o qual estão previstos recursos no PPA do Governo Federal de R\$ 58 milhões, com horizonte de conclusão para 2007. Em Açu seria escoada para Natal a produção de frutas. No traçado do ramal ferroviário já existe a ferrovia no trecho Macau/Natal, que se encontra desativada e que necessita profundas reformas. A Associação Comercial e Industrial de Mossoró contratou um estudo de viabilidade do projeto, o qual contempla duas opções: um que abrange recursos da ordem de 830 milhões de Reais referentes ao trecho Mossoró / Açu / Jucurutu / Açu / Guamaré / São Gonçalo do Amarante / Natal e outro de menor abrangência compreendendo o trecho Mossoró / Guamaré / São Gonçalo do Amarante / Natal, orçado em R\$ 430 milhões. Esse projeto mostra-se viável e a perspectiva dos atores entrevistados é a de que em seis anos, ou seja, até 2012 se concretize, dependendo apenas de decisão política do Governo Federal, que já acenou com a possibilidade de que isso ocorra.
- **GERAÇÃO DE ENERGIA TERMELÉTRICA.** Está sendo construída no município de Alto do Rodrigues a **Usina Termelétrica Vale do Açu (Termoaçu)**, numa parceria entre a Petrobras e o grupo que controla a Cosern, com investimento de aproximadamente R\$ 710 milhões (US\$ 323 milhões a preços de julho de 2006), com sua conclusão prevista para 2008. Trata-se de uma usina termelétrica de co-geração que produzirá energia elétrica e vapor de água, utilizando gás natural como combustível, devendo atender a parte da demanda da COSERN e da COELBA, além da própria Petrobras. O vapor será utilizado para a injeção contínua em poços de extração de petróleo, possibilitando à Petrobras aumentar sua produção de petróleo. A termelétrica deverá gerar 340 megawatts de energia.

-
- **INICIATIVAS DE EXPLORAÇÃO DE ENERGIA EÓLICA.** No que diz respeito à energia alternativa, particularmente a exploração de energia de origem eólica, vale destacar dois projetos, aprovados pelo Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfi): o do **Parque Eólico Litoral Norte**, localizado em Guamaré e já em funcionamento, envolvendo investimentos que atingiram R\$ 840 milhões (cerca de 300 milhões de euros, a preços de julho de 2006), com capacidade de geração de 151,8 megawatts; e o da construção do **Parque Eólico de Rio do Fogo**, localizado no litoral norte do Estado, mais especificamente no município de Rio do Fogo, projeto criado pelo Governo Federal e construído pela empresa Energias Renováveis do Brasil Ltda (Enerbrasil), visando garantir a sustentabilidade energética do país. Com investimento de R\$ 209 milhões, com capacidade instalada para produzir 49,3 megawatts. Esses dois projetos adicionaram a geração de 201,1 megawatts, que somados à energia a ser produzida pela termelétrica deverá representar uma significativa ampliação da matriz energética potiguar, com o Estado passando da condição de comprador para exportador de energia a partir de 2008.
 - **DUPLICAÇÃO DA BR-101.** Os investimentos previstos para essa obra somam aproximadamente R\$ 528,5 milhões para a duplicação de 138,9 quilômetros, divididos em dois lotes. A primeira fase do projeto de recuperação da estrada se inicia no município de Touros, litoral Norte potiguar, abrangendo o trecho entre o entroncamento da RN-063 até o entroncamento da RN-061, encontrando-se em execução, devendo estar concluído em 2007. A segunda refere-se ao trecho do entroncamento da RN-061 até a divisa com a Paraíba, a ser contratada, com a expectativa de que as obras fiquem prontas até o início de 2009.
 - **OUTROS INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA.** Em relação à infra-estrutura vale salientar: os investimentos de barragens em Caicó (Oiticicas), Macaíba (Tabatinga), Umari e Santa Cruz do Apodi, perfazendo um total de aproximadamente R\$ 8 milhões; a implantação de uma estação de piscicultura no Estado, a ser construída pela administração estadual (em torno de R\$ 2 milhões); a implantação da estação de alvinagem, em Açú, com água da barragem Armando Ribeiro (R\$ 1,8 milhões); a implantação de uma segunda planta de biodiesel no Estado

até o início de 2007; a ampliação da rede de adutoras que leva água para comunidades do interior no valor aproximado de R\$ 22 milhões; e a parceria com o Banco Mundial para o Programa de Convivência com a Seca, com um aporte de cerca de R\$ 198 milhões (US\$ 90 milhões) em 10 anos, visando a execução de obras de infra-estrutura hídrica no Estado (integração das barragens de Passagem das Traíras e Itans/Caicó; no aumento de 50% da vazão da adutora Monsenhor Expedito; e em projetos de reuso das águas e saneamento básico e revitalização dos reservatórios com capacidade acima de 1 milhão de metros cúbicos);

- **INVESTIMENTOS INDUSTRIAIS.** O Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial (PROADI), cuja finalidade é atrair e fomentar investimentos na atividade industrial do Rio Grande do Norte, mediante a concessão de incentivos fiscais e financeiros, tem na sua pauta de investimentos a instalação até o horizonte de 2007 de 47 estabelecimentos industriais que totalizam inversões de R\$ 180 milhões, distribuídos na seguinte proporção: 30% no setor mineral, 30% no segmento têxtil, 30% no setor de embalagens e os 10% restantes em segmentos diversificados. Segundo informação da Secretaria de Indústria e Comércio, cerca de 40% desses empreendimentos localizam-se no Oeste do Estado (região de Mossoró) e os outros 60% dividem-se equitativamente na Grande Natal e no resto do Estado. Por sua vez, a Rede Nacional de Informações sobre o Investimento - RENAI, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior destacou para o Rio Grande do Norte, investimentos industriais até o horizonte de 2010 que contabilizam um montante de R\$ 96 milhões parte em execução e outros se referindo a intenção, podendo se concretizar ou não; e
- **TURISMO.** A atividade turística no Rio Grande do Norte ao longo dos últimos anos apresentou um incremento significativo, superior ao de outros destinos turísticos do país, apontando para mudanças consideráveis no cenário socioeconômico estadual. Para se ter uma idéia da força do segmento, a receita da atividade turística potiguar passa de US\$ 216,1 milhões em 2002 para US\$ 571,9 milhões em 2005, chegando em 2004 a superar a receita gerada pelos royalties pagos pela Petrobrás durante o ano. Dessa forma, tornou-se a mais importante geradora de

receita para a economia potiguar. Dados levantados junto às Prefeituras do Pólo Costa das Dunas (Litoral Norte), ao Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente - IDEMA e do segmento empresarial indica a existência de 99 empreendimentos hoteleiros de médio e grande porte, que deverão entrar em funcionamento nos próximos 5 anos, envolvendo um volume de investimento de cerca de um bilhão de reais. O Estado, por seu turno, vem realizando investimentos em infra-estrutura por conta do Prodetur II, principalmente na rede viária, em saneamento básico e no abastecimento d'água, com investimentos no valor de R\$ 55 milhões até 2007.

Tabela 17
Rio Grande do Norte: síntese dos investimentos confirmados e previstos até 2016 (Exceto aqueles diretamente relacionados com a Região Metropolitana de Natal)

Fonte: Entrevistas; Plano Plurianual; Secretaria de Estado da Agricultura, da Pecuária e da Pesca; Secretaria de Indústria e Comércio do Rio Grande do Norte; Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial

Descrição dos Investimentos	Localização	Período	Montante Investim. (em milhões de R\$)	Situação do Investimento
1 - Investimentos Estruturadores			4.350	
-Investimentos da Petrobras	Entorno de Mossoró	Até 2008	2.400	Em andamento
-Aeroporto de São Gonçalo / Área de Livre Comércio	São Gonçalo do Amarante	2010 (Prev.)	1.000	Em negociação
-Gasoduto Açú / Seridó	Região do Seridó e entorno	2010 (Prev.)	120	Em negociação
-Ferrovia Natal – Mossoró / Recuperação Terminal Salineiro de Areia Branca	Eixo Natal-Mossoró	2012 (Prev.)	830	Execução infra-estrutura viária. Proj. em negociação
2 - Investimentos em Energia Alternativa			1.759	
-Usina Termelétrica Vale do Açú (Termoaçu)	Alto do Rodrigues / Açú	2008	710	Em implantação
-Parque Eólico Litoral Norte	Guamaré	2008 (Prev.)	840	Implantado
-Parque Eólico de Rio do Fogo	Macau	2008	209	Em implantação
3 - Investimentos em Infra-estrutura			873	
-Duplicação da BR-101	Trecho Entroncamento RN-063 até divisa RN/PB	2008	281	1º trecho em execução
-Construção e melhoramento da malha rodoviária	Todo Estado	2007	120	Em execução
-Abastecimento d'água e esgotamento sanitário nas principais cidades do RN	Todo Estado	2007	240	Em execução
-Outros investimentos em infra-estrutura	Todo Estado	2016	232	Parte em execução, parte em negociação
4 - Investimentos Industriais			276	
-Investimentos industriais com aportes do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial (PROADI)	Todo Estado	até 2007	180	Em execução
-Investimentos indicados na RENAI	Todo Estado	até 2010	96	Parte em execução, parte em negociação
5 - Investimentos em Turismo			1.055	
-Empreendimentos hoteleiros	Litoral Norte	até 2010	1.000	Em execução
-Investimentos do Prodetur no Litoral Norte	Litoral Norte	2007	55	Parte em execução, parte em negociação
TOTAL			8.313	

3.2. Investimento no Espaço Metropolitano

A economia metropolitana, de certa forma, está contemplada por investimentos fora do seu âmbito que trazem influência direta sobre a metrópole, como é o caso dos investimentos da Petrobras, do Gasoduto Açú-Seridó, da Duplicação da BR-101, da Ferrovia Natal-Mossoró, da Geração de Energia Termelétrica e Eólica e do Turismo já mencionadas no item anterior. Este item ater-se-á a analisar os investimentos diretamente vinculados à Região Metropolitana de Natal. Sem computar os recursos investidos na metrópole vistos no item anterior, principalmente no turismo, em investimentos industriais nos demais municípios da RMN e na duplicação da BR-101, no trecho que envolve a metrópole, as inversões até agora previstas para acontecer no horizonte dos próximos dez anos remontam a aproximadamente R\$ 1,629 bilhão, sendo enfocados tanto investimentos econômicos quanto de infra-estrutura, merecendo destacar:

- **AEROPORTO DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE:** Os investimentos do aeroporto englobam um volume de recursos de aproximadamente R\$ 1,1 bilhão (US\$ 500 milhões), cuja construção deve influir decisivamente na implantação de uma área de livre comércio no Rio Grande do Norte, já existindo um grupo de estudo para detectar a viabilidade técnico-econômica da instalação de uma Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Estado. Por sua vez, o governo estadual providenciou em 2005 a licitação para elaboração das obras de infra-estrutura rodoviária acesso interligando o aeroporto às rodovias BR-406, BR-304 e BR-226. Os investimentos a serem feitos tanto na elaboração do projeto quanto para a implantação dos acessos totalizam cerca de R\$ 30 milhões correspondendo à contrapartida do Governo do Estado ao empreendimento. Recentemente o Governo do Estado anunciou a possibilidade de o BNDES financiar a construção do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante, abrindo linhas de crédito para as empresas que venceram a concorrência. O empreendimento será viabilizado através de uma Parceria Público-Privada Federal, cujo edital está sendo elaborado pela Casa Civil do Palácio do Planalto, que também tem em mãos o estudo de viabilidade econômico do aeroporto;

-
- **TERMINAL PESQUEIRO:** Apesar do baixo montante de recursos desse projeto (apenas R\$ 34,7 milhões dos quais R\$ 13,6 milhões serão obtidos do Governo Federal, através de convênio com a Secretaria Especial da Aqüicultura e da Pesca), sua importância reside no fato de ser um empreendimento gerador de emprego e renda para uma quantidade considerável de pessoas (aproximadamente 12 mil beneficiados. Esses beneficiados correspondem a pessoas de 84 comunidades pesqueiras de 25 municípios litorâneos do Rio Grande do Norte, inclusive todos os localizados na Região Metropolitana de Natal, a saber: Ceará-Mirim, Extremoz, Natal, Nísia Floresta e Parnamirim) além de dinamizar a atividade da pesca. O projeto consta de cais para embarque e desembarque de produtos frutícolas, trigo, maquinário e derivados de petróleo, três armazéns, um mercado de peixe, uma fábrica de gelo, além da estrutura administrativa e uma escola de formação de pesca, prevendo também a instalação de um estaleiro para fabricação de embarcações de pequeno e médio porte. Os pescadores do Estado possuem hoje cerca de 50 barcos de pesca oceânica para peixes de grande porte (atum, albacora, espadarte, agulhão, dourado e tubarão). A idéia do Terminal é trazer a produção de outros 200 barcos estrangeiros que pescam no mesmo local, uma vez que o tempo gasto por esses barcos para seus portos de origem varia entre 7 e 14 dias, enquanto para Natal esse período corresponde a no máximo três dias, o que trariam consideráveis ganhos de escala para a atividade pesqueira. O projeto objetiva promover o aproveitamento sustentável dos recursos atuneiros e o crescimento da produção pesqueira destinada à exportação e ao mercado interno, além de assimilar novas tecnologias e instrumentos de pesca modernos, contribuindo para melhoria da competitividade da frota nacional;
 - **MARINA:** Este projeto será implantado por um grupo espanhol, que está negociando uma área com a Prefeitura de Natal, possivelmente nas imediações do Terminal Pesqueiro. Trata-se de um investimento de R\$ 50 milhões objetivando reparar barcos de lazer (iates) uma vez que a unidade de reparo mais próxima das embarcações que vêm da Europa localiza-se na Bahia, o que é um transtorno para os barcos que chegam com avarias. Além disso, pretende-se com esse empreendimento incrementar o turismo de pesca diferenciada;

-
- **PONTE DE TODOS NEWTON NAVARRO:** Outro projeto de infraestrutura corresponde à ponte sobre o Rio Potengi, orçada em R\$ 175 milhões, construída pelo Governo do Estado com a maior parcela de recursos financiada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), devendo estar concluída em 2007. Com uma extensão de 1,78 quilômetro de extensão e 21 metros de largura, sua edificação é do tipo estaiado, com estrutura suportada por cabos de aço, a ponte foi concebida com dois viadutos de acesso, e o vão central terá altura suficiente para permitir a entrada de navios para o Porto de Natal. Recursos estimados em R\$ 120 milhões serão aplicados na construção da ponte que vai incrementar a mancha sócio-econômica da parte norte de Natal. A importância dessa obra é ressaltada por conta do impacto que irá causar na economia da Zona Norte de Natal e em outros 16 municípios do Litoral Norte que serão beneficiados com novos empreendimentos turísticos da iniciativa privada;
 - **INFRA-ESTRUTURA RODOVIÁRIA:** A Região Metropolitana de Natal é bem servida tanto por rodovias federais, BR-101, BR-226, BR-304 e BR-406 quanto estaduais, RN-063, RN-064, RN-160, RN-309 e RN-313. Para a RMN, salientam-se como importantes RN-160 que se interliga com as BRs 101, 406 e 304, atravessando os municípios de Extremoz, norte de Natal, São Gonçalo do Amarante e Macaíba e a RN-063 que liga a Região Metropolitana de Natal com os municípios costeiros ao sul de Natal, denominada Rota do Sol. O Plano Estratégico de Natal Terceiro Milênio prevê obras de duplicação de algumas das rodovias federais e estaduais no âmbito da Região Metropolitana objetivando minimizar os impactos dos fluxos rodoviários crescentes. Assim, alguns projetos se fazem necessários, como: Rodovia BR-101 - Trecho Ponte de Igapó - km 85,3 ao km 80,8; Rodovia BR-101 - Trecho Ponte do Igapó ao entroncamento da BR-406/RN-160 (Girador de Extremoz) - km 80,8 ao km 75,6; Rodovia BR-101 - Trecho entroncamento da BR-406/RN-160 (Girador de Extremoz) à Touros - km 75,6 ao km 0,0; Rodovia BR-304 - Trecho Macaíba ao entroncamento com a BR 101 - km 299,1 ao km 309,3; Rodovia BR-226 - Trecho Macaíba à Natal - km 0,0 ao km 16,6; Trecho da RN-160 relativo à interligação entre Macaíba/São Gonçalo do Amarante e o entroncamento da BR-101 (Rego Moleiro); e Estrada de Pajuçara - Nova rodovia de interligação

entre a saída da nova ponte e a BR-101. Algumas dessas obras já foram executadas, não se dispondo de informações sobre quais. Em relação ao custo a ser investido nessa infraestrutura rodoviária a estimativa é de que o montante atinge cerca de R\$ 154 milhões até o horizonte de 2015;

- **OUTROS INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA SOCIAL:** Em relação à infraestrutura vale salientar na Região Metropolitana de Natal a construção da Barragem Tabatinga, em Macaíba. Sobre essa barragem, a obra está orçada em R\$ 27 milhões e deverá solucionar a questão das enchentes (com a contenção de cheias), além de abastecer a demanda da água do distrito industrial de Macaíba, tendo sido garantido agora no final de 2006 R\$ 8 milhões. As obras deverão começar ainda em dezembro de 2006, e o cronograma de execução é de 12 meses, com a conclusão prevista para o início de 2008. Embora não se tenha dados, informações de pessoas entrevistadas revelam que estão sendo executadas para os próximos quatro anos investimentos em obras de abastecimento de água e esgotamento sanitário e seu tratamento em todos os municípios da RMN;
- **INVESTIMENTOS INDUSTRIAIS NA RMN:** As indústrias que fazem parte do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial (PROADI), têm isenção de 60% para aquelas empresas implantadas na Grande Natal, exceto para investimentos superiores a R\$ 20 milhões. O prazo de concessão é de dez anos e pode ser prorrogado por igual período. Entretanto, para conseguir a prorrogação do benefício, o empresário deve ampliar a produção em, no mínimo, 25% o que incrementa também o número de empregos diretos. Com incentivos fiscais do Programa, seis novas empresas que estão sendo instaladas em Macaíba devendo gerar 510 empregos diretos, os quais serão somados a mais 400 novos postos de trabalho, até o primeiro trimestre de 2007, de mais 11 empresas que vão instalar ou ampliar sua produção no parque industrial de Parnamirim. No primeiro município os investimentos somam R\$ 46 milhões na implantação ou ampliação das empresas. No caso de Parnamirim os investimentos são da ordem de R\$ 42 milhões.

No que se refere a Macaíba, entre as empresas novas em processo de instalação estão a Industrial Potengy (Tintas

e Vernizes), M & M Indústria Alimentícia, Banassu, Ciligás, Cerâmica Florença e a S.M. Condimentos. As que terão seus contratos prorrogados são Akesse Piscinas, Industrial Potengy (Argamassas) e Nóbrega e Dantas S.A. Entre as empresas novas de Parnamirim, cujo processo de instalação já foi finalizado ou está em andamento, estão a Gerdau Aços Longos, Norpet Tecnologia de Embalagens e Sanafarma Produtos de Higiene e Limpeza. Outras seis terão seus contratos prorrogados (Sterbom, Laminor, Dixie Toga, RM Nor, Frigorífico Potengy e Bayertex) e mais uma será ampliada (Nordeste Fruit). Os novos investimentos industriais, que não estão computados no item anterior, totalizam um montante de R\$88 milhões, alguns deles até o horizonte de 2010.

4 AMEAÇAS E OPORTUNIDADES DO CONTEXTO

Neste item são identificados alguns fatores considerados facilitadores (oportunidades) e outros considerados dificultadores (ameaças) do ambiente externo sobre a Metrópole de Natal, tomando-se como referência o exame do ambiente mais geral (mundial e nacional), observando as tendências básicas em curso; bem como, o ambiente mais específico, relacionado com o ambiente socioeconômico estadual, o qual a Metrópole mantém estreitas relações.

A análise do ambiente externo é particularmente relevante para a realidade cotidiana de espaços como o do nordeste brasileiro, e de localidades como a dos municípios que integram a metrópole natalense, cujas características socioculturais e econômicas envolvem aspectos que denotam certo grau de vulnerabilidade aos efeitos de padrões externos impostos; e, ao mesmo tempo, expressam capacidade de reagir as ameaças e também aproveitar as oportunidades.

72

Ameaças do Contexto

- Perspectiva de ocorrer um certo arrefecimento do ritmo de crescimento da economia mundial nos próximos anos.
- Abertura comercial rápida e intensa e mudanças na regulação no comércio mundial podem afetar de forma mais direta atividades menos competitivas (ex. concorrência de importados chineses).
- Continuidade do fluxo de turismo “sexual” e especulativo imobiliário.
- Avanços tecnológicos podem ter reflexos negativos em atividades locais com baixa capacidade produtiva.

-
- Lógica municipalista brasileira acaba por fazer prevalecer uma abordagem localista dos problemas das metrópoles do Brasil.
 - Déficit habitacional brasileiro que já supera 7 milhões tende a crescer mais em função descasamento entre a oferta e a demanda por habitação. (85% do déficit concentra-se nas necessidades da população de baixa renda).
 - Propagação da violência urbana (banalização da violência e crimes hediondos).
 - Continuidade da tensão entre padrões e valores globais e identidades culturais locais. É preciso que as sociedades locais, territorialmente definidas, preservem suas identidades, suas referências espaciais e os enraizamentos sócio-históricos.
 - Falta de uma política urbano-ambiental pode acabar acarretando disfunções no crescimento urbano, permitindo expansões desnecessárias da malha urbana de acordo com o interesse dos diferentes mercados imobiliários; dissociação da expansão urbana da oferta de transporte público e a possibilidade de construções aleatórias.
 - Forte pressão sobre o orçamento público por investimentos em programas de infra-estrutura urbana e social, pode provocar aumento dos gastos correntes públicos.

73

Oportunidades do Contexto

- Perspectiva de crescimento do fluxo de comércio mundial, acima do ritmo da economia mundial, com melhores condições de negociação.
- Condições favoráveis para a retomada da economia, da renda das famílias e do emprego no Brasil.
- Crescimento contínuo da demanda por turismo no mundo.
- Maior autonomia dos municípios.
- Descentralização e maior cobertura das políticas públicas sociais.
- Novas formas de gestão compartilhada (acordos entre municípios, consórcios, PPPs etc).

-
- Regulamentação do Plano Nacional de Saneamento que prevê a ampliação dos investimentos no Brasil na área de saneamento básico.
 - Maior engajamento das empresas, governos e sociedade civil na responsabilidade com a preservação e recuperação de áreas degradadas.
 - Novas abordagens territoriais da questão do desenvolvimento metropolitano vêm se disseminando no debate acadêmico e na implementação de políticas públicas no mundo e no Brasil.

BIBLIOGRAFIA

CNT- Pesquisa Rodoviária 2006 (<http://www.cnt.org.br>)

<http://www.infraero.gov.br>

BANCO MUNDIAL. Brasil: Crescimento e Redução da Pobreza no Rio Grande do Norte. Relatório nº 4891 de 5 de dezembro de 2003.

CAVALCANTI, Sandra Lúcia Barbosa. I - Perfil Industrial do Rio Grande do Norte - Versão Preliminar - Resumo e II - Tendências Factíveis para a Indústria Potiguar no Período 2005-2006. Diretoria Executiva - Departamento Econômico. FIERN. Natal. 2005.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria do Estado do Planejamento e das Finanças - IDEMA. Perfil do Estado do Rio Grande do Norte - Aspectos Econômicos. Natal, 2002.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria do Estado do Turismo. Informações sobre a Evolução do Turismo no Estado do Rio Grande do Norte de 2002 a 2005. Natal. Janeiro de 2006.

MARTINE, George; WONG, Laura R. Demografia. Versão Preliminar. Brasília: Projeto ÁRIDAS, 1994.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE; IBAMA. Estatística de Pesca Brasil 2000. Ministério do Meio Ambiente, 2001.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA. CENTRO DE PESQUISA E GESTÃO DE RECURSOS PESQUEIROS DO LITORAL NORDESTE - CEPENE. Boletim Estatístico da Pesca Marítima e Estuarina do Nordeste do Brasil - 2004. CEPENE. Tamandaré. 2005.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE; IBAMA; CEPENE. Boletim Estatístico da Pesca Marítima e Estuarina do Nordeste do Brasil - 2004.

75

EQUIPE

Coordenação Geral:

Tania Bacelar de Araújo

Maria do Livramento Miranda Clementino

Pesquisadores Responsáveis

Valdeci Monteiro dos Santos

Leonardo Guimarães Neto

Osmil Torres Galindo Filho